

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Pedro Felipe Narciso

**O ESTADO E A REVOLUÇÃO EM TRÊS TEMPOS:
Lênin, Gramsci e os Eurocomunistas**

Porto Alegre

2015

Pedro Felipe Narciso

**O ESTADO E A REVOLUÇÃO EM TRÊS TEMPOS: Lênin, Gramsci e os
eurocomunistas**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado ao Instituto de Filosofias e Ciências
Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do
Sul como requisito parcial para a obtenção do título de
Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Alejandro Gugliano

Porto Alegre

2015

CIP - Catalogação na Publicação

NARCISO, Pedro Felipe

O ESTADO E A REVOLUÇÃO EM TRÊS TEMPOS: Lênin,
Gramsci e os eurocomunistas / Pedro Felipe NARCISO. -
- 2015.
59 f.

Orientador: ALFREDO ALEJANDRO GUGLIANO.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas, Bacharelado em
Ciências Sociais, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Teoria do Estado. 2. Estratégia socialista no
século XX. 3. eurocomunismo. 4. hegemonia. 5.
Gramsci. I. GUGLIANO, ALFREDO ALEJANDRO, orient. II.
Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Pedro Felipe Narciso

**O ESTADO E A REVOLUÇÃO EM TRÊS TEMPOS: Lênin, Gramsci e os
eurocomunistas**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Aprovado em: ____ de _____ de ____.

BANCA EXAMINADORA

Nome do professor - instituição

Nome do professor - instituição

Nome do professor - instituição (orientador)

Ao entrar no Recife,
não pensem que entro só.
Entra comigo a gente
que comigo baixou
por essa velha estrada
que vem do interior;
entram comigo rios
a quem o mar chamou,
entra comigo a gente
que com o mar sonhou,
e também retirantes
em que só o suor não secou;
e entra essa gente triste,
a mais triste que já baixou,
a gente que a usina,
depois de mastigar, largou.

João Cabral de Melo Neto

Em teatro, são criminosos os elencos cuja preocupação principal consiste em quitandeiamente ganhar seus cobres servindo aos apetites mais rasteiros das plateias tranquilas; são criminosos todos aqueles que servilmente ficam atentos à última moda parisiense, ao último lançamento londrino – isto é, aqueles que renunciam a sua cidadania artística brasileira e se transformam em repetidores da arte alheia; são criminosos aqueles que apresentam, sempre e apenas as visões róseas do mundo através dos universos feéricos das peças de boulevard, ou do psicologismo anglo-saxônico que tende a reduzir os mais graves problemas sociais e políticos a desajustes neuróticos de uns poucos cidadãos.

Augusto Boal

AGRADECIMENTOS

Agradeço,

Aos meus pais, Sérgio Ricardo e Eliziane, que à despeito das dificuldades impostas fizeram todos os sacrifícios possíveis e impossíveis para dar aos filhos as oportunidades que não tiveram.

Ao meu irmão João, companheiro desde a infância.

Aos meus avós Pedro e Celita, cuja ajuda sempre disponível transforma grandes problemas em coisas sem importância.

À minha dinda Mara, que é a pessoa mais generosa que já conheci.

À minha companheira Taiani, cuja companhia transforma todo desânimo e vacilação em vontade de viver e melhorar.

Aos meus sogros, que me acolheram desde o primeiro momento.

Ao meu orientador e amigo Alfredo, que nunca hesitou em me apoiar no desenvolvimento da temática de meu interesse.

Aos colegas do grupo de pesquisa processos participativos na gestão pública, com os quais aprendo cotidianamente.

Aos meus amigos Guilherme e Lucas, com os quais posso contar desde os tempos de ensino fundamental.

Aos meus camaradas de Partido, os quais me fizeram compreender o significado prático das palavras disciplina, responsabilidade, comprometimento e camaradagem, num ambiente em que a democracia não é letra morta, mas uma autêntica forma de relação em que a crítica não é ofensa, mas caminho para o desenvolvimento coletivo.

E por fim, aos trabalhadores de todo mundo em todos os tempos, que não fizeram nada mais nada menos do que a história humana.

RESUMO

O presente trabalho discorre sobre a teoria de Estado e a estratégia socialista em três diferentes momentos do século XX, abrangendo a análise sobre a concepção de Lênin, desenvolvida ainda na primeira e segunda década do século passado; a de Gramsci, elaborada entre o fim dos anos de 1920 e começo dos anos de 1930; e a dos eurocomunistas, desenvolvida na década de 1970. O objetivo principal do referido estudo é posicionar teoricamente a obra de Gramsci em relação às duas grandes vertentes que advogam o legado do autor, o marxismo revolucionário referenciado em Lênin e o marxismo reformista referenciado no pensamento eurocomunista. O trabalho se justifica na importância da obra de Gramsci, a qual é uma referência utilizada nas mais diferentes áreas das ciências humanas e que, no entanto, apesar disso, não foi sistematicamente estruturada pelo próprio autor, sendo constituída em sua maioria por artigos de jornais e anotações projetando trabalhos não realizados, fato que torna os estudos sobre a obra do revolucionário italiano polêmicos, pois esses acabam envolvendo, muitas vezes, suposições não comprovadas do que supostamente Gramsci gostaria de ter dito ou escrito. Assim, saber se Gramsci fundamenta sua estratégia socialista para o ocidente a partir de uma compreensão específica acerca do Estado é de relevância crucial no sentido de contribuir para o entendimento acerca do conceito de hegemonia, do seu uso ao longo da história e do posicionamento intelectual e político de Gramsci, que não só diz respeito à compreensão da realidade política a partir da sua elaboração teórica, mas também, à qualificação das intervenções políticas das classes subalternizadas.

PALAVRAS-CHAVE

Gramsci; Lênin; hegemonia; bloco-histórico; eurocomunismo; guerra de posição; guerra de movimento; estratégia socialista; teoria do Estado.

LISTA DE ELEMENTOS

QUADRO 1: Os diferentes níveis de abstração da unidade da práxis.....	22
QUADRO 2: A teoria de Estado em Lênin.....	29
QUADRO 3: A estratégia socialista em Lênin.....	31
QUADRO 4: A teoria do Estado nos eurocomunistas.....	34
QUADRO 5: A teoria do Estado em Gramsci.....	42

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 – GRAMSCI ENTRE A REFORMA E A REVOLUÇÃO: uma breve reconstituição do problema.....	13
CAPÍTULO 2 – O ESTADO E A REVOLUÇÃO COMO UNIDADE DA PRÁXIS: categoriais para uma análise política do marxismo.....	19
CAPÍTULO 3 – O ESTADO E A REVOLUÇÃO EM TRÊS TEMPOS.....	24
3.1 - A teoria de Lênin.....	25
3.2 - A teoria eurocomunista.....	31
3.3 - A teoria de Gramsci.....	36
3.4 - O debate sobre o Estado e a revolução em três tempos.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	54

INTRODUÇÃO

O presente trabalho discorre sobre a teoria de Estado e a estratégia socialista em três diferentes momentos do século XX, abarcando o princípio, a ascensão e a crise do movimento comunista internacional politicamente referenciado na URSS. Essa unidade política em torno do Estado soviético, entretanto, do ponto de vista teórico, não significou a inexistência de polêmicas e discordâncias sobre possíveis continuidades e rupturas com a sua concepção fundante estabelecida, sobretudo, por Lênin com a obra *O Estado e a Revolução*.

Uma dessas polêmicas principais se refere ao conceito de hegemonia, a qual articula a teoria de Estado e estratégia de Lênin, desenvolvida ainda na primeira e segunda década do século passado; a de Gramsci, elaborada entre o fim dos anos de 1920 e começo dos anos de 1930; e a dos eurocomunistas, desenvolvida na década de 1970. A questão aqui colocada em relação às perspectivas dos três períodos é se a teoria de Gramsci é uma continuidade da teoria de Lênin ou uma ruptura que contribuiu para o posterior desenvolvimento do eurocomunismo. Desse modo, nosso objetivo principal é posicionar teoricamente a obra de Gramsci em relação às duas grandes vertentes que advogam o legado do autor, o marxismo revolucionário referenciando em Lênin e o marxismo reformista referenciado no pensamento eurocomunista. Como objetivos específicos, necessários a realização do principal, elencamos três, que são: a) identificar e apresentar a teoria de Estado e a estratégia socialista nas três perspectivas; b) compreender a relação que a concepção de Estado em cada uma das perspectivas tem com as suas respectivas concepções de estratégia socialista; e c) comparar as três concepções e identificar as suas possíveis rupturas e continuidades.

Como forma de melhor apresentar o processo de realização dos objetivos supracitados a presente monografia está estruturada em três capítulos: no primeiro capítulo é apresentado o problema, seguido, posteriormente, por uma breve revisão bibliográfica; o segundo capítulo expõe o conjunto de categoriais de análise e a sua centralidade para a compreensão das referidas teorizações; e por fim, o terceiro capítulo apresenta, primeiramente de maneira descritiva, a teoria do Estado e a estratégia socialista nas três concepções abordadas, encaminhando posteriormente uma análise da relação entre elas.

Gramsci é considerado um dos maiores teóricos do século XX, sendo uma referência utilizada nas mais diferentes áreas das Ciências Humanas e da Filosofia, da

Pedagogia ao Direto, passando pela Política, Antropologia, Relações Internacionais e História. No entanto, apesar de sua obra ter esse caráter teórico amplo e universalizável, ela não foi sistematicamente estruturada pelo autor, sendo constituída em sua maioria por artigos de jornais e anotações projetando trabalhos não realizados.

Dessa maneira, os estudos sobre os escritos do marxista sardo envolvem uma série de polêmicas e, muitas vezes, suposições não comprovadas sobre o que supostamente Gramsci gostaria de ter dito ou escrito. Dentre essas muitas disputas que envolvem a obra do autor uma delas tem caráter especial, pois além de envolver um conceito central da obra do revolucionário italiano - a hegemonia - essa traz para o centro da investigação teórica a relação de sua obra com a história política do século XX.

A quem pertence o legado de Gramsci?

Essa pergunta inúmeras vezes feita já foi também muitas vezes respondida, mas quase sempre de maneira secundária, meramente como uma premissa para justificar outras por meio do uso da autoridade intelectual do marxista sardo. Desse modo, compreender de maneira rigorosa e sistemática o significado preciso do conceito de hegemonia em Gramsci é fundamental no sentido de delinear a origem de determinadas orientações políticas que aparentemente se confundem e que, vindo de uma tradição de pensamento específica, se acobertam noutra com o intuito de penetrar em grupos sociais hostis à vertente original.

Assim, saber se Gramsci fundamenta sua estratégia socialista para o ocidente a partir de uma compreensão específica acerca do Estado é de relevância crucial no sentido de contribuir para o entendimento acerca do conceito de hegemonia, do seu uso ao longo da história e do posicionamento intelectual e político de Gramsci, que não só diz respeito à compreensão da realidade política a partir da sua elaboração teórica, mas também à qualificação das intervenções políticas das classes subalternizadas. É nesse sentido que o presente trabalho busca colaborar, ainda que modestamente.

Para além disso cabe ao presente trabalho resgatar as elaborações de uma parte dos pensadores organizados nos Partidos Comunistas durante o século XX, os quais contribuíram criativamente com muitos campos das ciências sociais, mediando suas elaborações teóricas com cenários políticos extremamente distintos, como períodos de guerras, de ditaduras e, também, de democracias. Com a queda do muro de Berlim, no

entanto, esse vasto campo de estudo, que já foi uma obrigatoriedade para qualquer intelectual, foi simplesmente esquecido, sendo visto como um campo teórico superado. Todavia, no último período, a dinâmica da sociedade capitalista vem apresentando problemáticas que os próprios cientistas sociais estão tendo dificuldades de compreender, sendo o resgate do acúmulo teórico desenvolvido no século XX uma saída possível para os dilemas não resolvidos. O presente trabalho então busca contribuir no resgate de uma parte desses debates, mais especificamente sobre as elaborações acerca do Estado, das suas crises e das soluções já propostas à sua superação.

2. GRAMSCI ENTRE A REFORMA E A REVOLUÇÃO: UMA BREVE RECONSTITUIÇÃO DO PROBLEMA

Desde a sua origem a história do pensamento político socialista é marcada pela vasta pluralidade de correntes, as quais disputam entre si a legitimidade de representação dos interesses das massas. Entretanto nesse processo de disputa pela legítima direção das classes populares, as diferentes tendências, obviamente, não obtêm o mesmo reconhecimento social e, por conseguinte, a mesma relevância histórica.

A luta política na esquerda se configura como um complexo processo no qual é necessário combater com eficiência o inimigo de classe do proletariado, quase sempre recorrendo ao discurso da unidade, sem por isso sucumbir ao possível protagonismo de uma força aliada. Esse “malabarismo” político já pode ser verificado pelo menos desde o Manifesto do Partido Comunista, redigido por Marx e Engels, no qual após tecerem severas críticas àquilo que chamam de “socialismo reacionário”, “socialismo burguês” e “socialismo utópico”, definem os comunistas como aqueles que “trabalham por toda parte pela união e o entendimento entre os partidos democráticos em todos os países” (ENGELS & MARX, 2008, p. 41).

Essa relação entre aliados mediada por críticas que se tecem contra inimigos costuma ser bastante problemática, contribuindo dessa maneira para uma maior fragmentação no campo político da esquerda.

Apesar disso, em determinadas épocas alguns acontecimentos abriram um período de plena hegemonia de alguma tendência, legando às outras uma era de ostracismo. A

Revolução Russa é o maior exemplo desse fenômeno. No seio da II Internacional a linha política dos Bolcheviques tinha seu alcance restrito à Rússia, sendo que

Só durante a guerra mundial Lênin e os bolcheviques conquistaram perfil mais autônomo e internacional. Eles estiveram entre os protagonistas da contestação às posições inspiradas na defesa nacional que os principais partidos socialistas europeus tomaram em julho de 1914, provocando o colapso da Segunda Internacional. Lênin esteve à frente das tendências mais intransigentes do movimento de Zimmerwald, que em setembro de 1915 reuniu a minoria dos socialistas europeus decididos a testemunhar oposição à guerra e a salvar a tradição internacionalista do socialismo. Se bem que representasse a facção minoritária do movimento, sua ruptura com o 'papa vermelho' do Partido Social-Democrata Alemão, Karl Kautsky, a irredutível contestação do patriotismo da guerra socialista e a denúncia do militarismo e do imperialismo legitimaram-no como líder revolucionário em escala europeia. Nascia assim uma heresia política, voltada contra a ortodoxia evolucionista e tendente a provocar o cisma de toda uma época para criar a nova Internacional (PONS, 2014, p. 48, 49).

Esse processo de cisma no movimento socialista internacional aliado ao sucesso da Revolução de Outubro sob a direção dos bolcheviques acabou impondo um novo paradigma ao conjunto das forças anticapitalistas por um longo período, talvez ainda não superado. A nova etapa do movimento socialista a partir de 1917 na qual os comunistas se tornam a principal força abriu, contrariando a tradição economicista da II Internacional, um período de intenso debate sobre a centralidade da política na consecução do socialismo.

Mais do que os teóricos da socialdemocracia alemã, Lênin se preocupou com o problema das alianças. E o fez talvez porque agisse num terreno nacional 'atrasado' em relação ao ocidente, onde o proletariado industrial era a minoria da população e precisava de um amplo sistema de alianças para chegar ao poder. (SECCO, 2006, p. 17)

Ainda nesse sentido, SECCO afirma que “a Revolução Russa de outubro de 1917 correspondeu a um terremoto para os partidos socialistas e sociais democratas do mundo inteiro, e ao Partido Socialista Italiano (PSI) em particular” (2006, p.17). O abalo no PSI vai dar origem, em 1921, ao Partido Comunista Italiano, o qual desempenhará um papel de primeira importância no debate acerca do Estado e da estratégia socialista.

A centralidade do PCI se deve fundamentalmente a dois fatores: a) a competência teórica de seus quadros políticos, como Bordiga, Togliatti, Berlinguer e, obviamente, o mais proeminente dentre eles, Antônio Gramsci; e b) ao caráter de massa que o Partido alcançou no Pós-Segunda Guerra, sendo o maior Partido Comunista do ocidente.

No desenvolvimento do debate sobre o caráter do Estado e a estratégia socialista que vai de Lênin em 1917, passa por Gramsci no início dos anos de 1930 e chega até

Berlinguer na década 1970, existe um conceito central que vincula de maneira polêmica e contraditória as três perspectivas, o conceito de hegemonia.

Segundo MARQUES,

o termo hegemonia aparece pela primeira vez em escritos de Plekhanov (1883/1884), tendo sido retomado por Axerold (1899/1901), Martov e Lênin (1901) com sentido de primazia do proletariado na luta contra o absolutismo, dentro de um projeto de revolução então caracterizada como 'burguesa' na Rússia czarista (1991, p. 30).

A partir do VII Congresso do Partido Bolchevique,

Começa a se esboçar – ainda que de modo embrionário – uma nova concepção estratégica para a revolução socialista no ocidente. Lênin afirma claramente – já em 1918 – que, se a conquista do poder fora relativamente fácil na Rússia (sendo difícil, em troca, a construção do socialismo), no Ocidente ocorreria o inverso: a maior complexidade das sociedades ocidentais tornaria a conquista do poder mais difícil, demandando um processo mais longo e uma capacidade de fazer política bem maior do que na Rússia (COUTINHO, 1999, p. 49)

A partir dos estudos que Gramsci faz das obras de Lênin e da relação que estabelece com o Partido Bolchevique por meio da Internacional Comunista, o marxista sardo apropria-se do conceito de hegemonia já presente no debate Russo. Em sua obra o conceito aparece pela primeira vez nos chamados *Cadernos de Lyon* e em *A Questão Meridional*, ambas redigidas no ano de 1926¹. Entretanto é nos Cadernos do Cárcere, conjunto de 29 cadernos que agrupam uma série de notas carcerárias escritas entre 1929 e 1935, cujas edições e publicações são póstumas (COUTINHO, 1999, p.78) que Gramsci esboça a articulação do conceito de hegemonia num complexo sistema de pensamento alicerçado fundamentalmente na realidade daquilo que ele chama de formação socioeconômica ocidental.

Reconhecendo o caráter diferenciado das sociedades ocidentais em relação à formação econômica e social da Rússia (formação oriental), Gramsci agrega ao debate marxista acerca do Estado e da estratégia socialista uma série de novos conceitos cuja articulação sistemática sob a forma de teoria ainda hoje se desenvolve por meio de disputas. Essa diferença entre ocidente e oriente é definida por Gramsci da seguinte maneira,

No oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primordial e gelatinosa; no ocidente, havia, entre o Estado e a sociedade civil, uma justa relação e, em qualquer abalo do Estado, imediatamente descobria-se uma poderosa estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado,

¹ Buci-Glucksmann (1980, p.227) afirma que a noção de hegemonia aparece em Gramsci já em 1924 nos textos de *Ordine Nuovo*.

é claro, mas exatamente isso exigia um acurado reconhecimento de caráter nacional. (GRAMSCI, 1968, p. 74-75)

A partir dessa análise, o marxista sardo aprofunda o estudo sobre o conceito de hegemonia articulando-o criativamente com outros conceitos, como Estado Integral, sociedade política, sociedade civil, aparelhos privados de hegemonia, bloco histórico, guerra de posição, guerra de movimento, catarse, revolução passiva, intelectual orgânico, entre muitos outros conceitos que o colocam como um dos mais expressivos intelectuais do século XX.

Com o reconhecimento do valor teórico dos escritos carcerários de Gramsci no imediato pós-guerra, vem sendo travada desde então uma verdadeira batalha intelectual para responder a seguinte pergunta, “a quem pertence o legado intelectual de Gramsci? À socialdemocracia ou ao marxismo revolucionário?” (MARQUES, 1991, p.29).

Na década de 1970, no bojo da crise do paradigma de 1917, essa questão ganha uma relevância especial. Com o descrédito crescente da URSS no ocidente e a multipolarização do campo socialista – vide China e Iugoslávia - uma parte considerável dos Partidos Comunistas passa a buscar um caminho de independência política em relação à Moscou. Nesse processo de constituição de uma nova proposta política e teórica para o(s) movimento(s) comunista(s), o PCI, maior PC do ocidente, desempenha obviamente um papel central.

Se utilizando da autoridade teórica de Antônio Gramsci e se referenciando no seu conceito de hegemonia, o PCI desenvolve uma nova concepção acerca do Estado e da estratégia socialista a qual rompe definitivamente com a teoria marxista do Estado até então existente. Esse horizonte político e teórico desenvolvido pelos quadros do PCI, em especial por Enrico Berlinguer (1977), se articula internacionalmente com as proposições teórico políticas do Partido Comunista Espanhol (PCE), a partir da figura de Santiago Carrillo; e do Partido Comunista Francês (PCF), por intermédio de Georges Marchais, dando origem ao que foi chamado de eurocomunismo.

Essa nova corrente do pensamento socialista, embora heterogênea, está centrada política e teoricamente no PCI, que por sua vez busca constituir como o alicerce de sua concepção acerca do Estado e da estratégia socialista o conceito gramsciano de hegemonia. Dessa sentença se abstrai um segundo questionamento: “a tentativa, construída com

tenacidade pelo PCI, de apresentar a sua estratégia atual (o compromisso histórico) como fundada nas inferências da teoria de Gramsci, é legítima ou não?” (SALVADORI, 2012, p. 95).

De um lado temos uma vertente teórica do Estado e da estratégia socialista que se constitui em seu caráter mais essencial a partir da obra *O Estado e a Revolução*, escrita por Lênin em 1917. Do outro temos uma segunda vertente teórica que nega os princípios essenciais da primeira a partir da obra de um intelectual que estaria historicamente localizado na vertente com a qual se pretende romper.

No centro dessa contradição está o conceito de hegemonia trabalhado por Gramsci, que, indiscutivelmente, complexifica a caracterização de Lenin em relação à abordagem feita até então. Dessa maneira a questão que centralmente orienta o presente trabalho é a seguinte: o conceito de hegemonia na obra de Antônio Gramsci é uma continuidade enriquecedora da teoria do Estado e da estratégia socialista proposta por Lênin em *O Estado e a Revolução* ou é um rompimento em que se fundamentam as bases do eurocomunismo?

As disputas em torno da resposta à problemática exposta no parágrafo acima acompanham as polêmicas relacionadas à publicação dos escritos carcerários de Antônio Gramsci. Embora a ideia de Gramsci fosse a elaboração de um trabalho sistematicamente estruturado

...do ponto de vista imediatamente formal, seu plano não pode ser realizado; embora contenham inúmeras passagens 'definitivas' (sobretudo aquelas em que Gramsci reagrupa e reescreve notas anteriores) os cadernos conservam um caráter fortemente fragmentário. (COUTINHO, 1999, p. 79)

Dessa maneira a primeira edição, dirigida por Palmiro Togliatti, com o intento de atribuir um sentido sistemático mais evidente, acaba por agrupar o conjunto das notas carcerárias em cinco livros que serão publicados entre 1948 e 1951, são eles *Maquiavel, o Estado e a Política Moderna; Literatura e a Vida Nacional; Passado e Presente; O Materialismo Histórico e a Filosofia de Benedetto Croce; e O Risorgimento* (SECCO, 2006, p. 128).

Contrariando essa edição, em 1975, é publicada uma edição crítica, organizada por Valentino Gerratana na qual os textos são publicados de acordo como aparecem nos

originais. Ainda assim, existe um debate sobre a possibilidade de se restabelecer a ordem cronológica das notas de Gramsci, um intento ainda não realizado (SECCO, 2006).

Para além das polémicas em torno das edições da obra carcerária do marxista sardo, o debate que envolve a relação estabelecida entre a teoria de Gramsci, a concepção de Lênin e o eurocomunismo é ainda mais controversa.

Numa tentativa de compreender o conjunto de teorizações feitas sobre a problemática: “Gramsci: reforma ou revolução?”, agrupamos aqui os diferentes autores a partir de duas correntes principais. A primeira que considera Gramsci um continuador da concepção que se fundamenta em Lênin, ou seja, não rompe com o que há de essencial em relação à teoria do Estado e a segunda que considera que o pensamento de Gramsci rompe definitivamente com o pensamento fundamentado no marxista russo.

Massimo SALVADORI ao criticar, não o eurocomunismo, mas a apropriação do conceito de hegemonia em Gramsci por parte desse, mais especificamente pelo PCI, acaba expressando a ideia central daqueles que se agrupam em torno da tese de Gramsci como um expoente do marxismo revolucionário fundamentado em Lênin. Segundo ele:

...aquilo que caracteriza Gramsci e a sua teoria da hegemonia não é de modo algum introduzir elementos capazes de abrir espaço para uma concepção do Estado de tipo liberal-parlamentar e à via nacional, no sentido que lhe dá hoje o PCI, mas, sim, o fato de ser a mais elaborada e complexa expressão da tentativa de dar à ditadura do proletariado um fundamento adequado. De tal modo que Gramsci é o filho mais “independente” e também mais autônomo, porém sempre um filho para todos os efeitos da doutrina leninista. (2012, p.102)

O autor aqui não advoga uma pureza a qual deveria ser defendida pelo Partido (PCI), ele apenas indica a necessidade do reconhecimento por parte desse de que a teoria eurocomunista rompe com a perspectiva de Gramsci, pois esse pertence, segundo ele, a vertente que se fundamenta a partir da sistematização teórica feita por Lênin. Sobre a relação de continuidade entre o pensamento de Gramsci e a teoria de Lênin coadunam com a perspectiva de Salvadori autores como TOGLIATTI (1972; 1980), CHAGAS (2012), DEL ROIO (2007), BUCI-GLUCKSMANN (1978; 1980), TOLEDO (1994), SECCO (2006) e GRUPPI (1980; 1980b).

O segundo agrupamento, dos intelectuais que defendem a existência de uma ruptura fundamental entre Gramsci e Lênin, é mais variado; pois não reconhecendo Gramsci como integrante da tradição de 1917, buscam encaixá-lo em outras vertentes ou até mesmo

em nenhuma, como é caso, de acordo com BIANCHI (2007, p.15), daqueles que destacam “a cidadania italiana da reflexão gramsciana, autonomizando seu pensamento de toda a tradição externa e ressaltando aquilo que ela tem de excepcional (BELLAMY, 1990; BELLAMY e SCHECHTER, 1993; e URBINATI, 1998)”. Ou seja, enxergam a teoria de Gramsci como uma manifestação totalmente singular e completamente autônoma em relação ao ambiente intelectual na qual fora forjada.

Para além desses autores e muitos outros que partem de perspectivas variadas acerca do pensamento de Gramsci, como os que o classificam como um neoidealista italiano (DEL NOCE, 1978; e DE GIOVANNI, 1987); ou então aqueles que pesquisam o autor a partir de uma perspectiva focada nos estudos culturais (HALL, 2003; WILLIAMS, 1977; 1983); nos interessa aqueles que defendem a ruptura de Gramsci com Lênin e, para além disso, defendem que o marxista sardo aponta para uma nova teoria do Estado que viria a se realizar na teoria eurocomunista. Ratificam essa perspectiva, por diferentes caminhos, MÉDICI (2007); indiretamente, quando nega o caráter de classe do Estado, COUTINHO (1979); ANDERSON (1981); BERLINGUER (2009; 1977); e CARRILLO (1978; 1980).

Levando em consideração as diferentes respostas dadas ao problema proposto, não buscamos necessariamente uma nova resposta, mas sim uma abordagem solidamente justificada. Esse caminho se assenta naquilo que julgamos ser os elementos básicos do pensamento político marxista, a unidade entre a teoria do Estado e a estratégia socialista, temática do próximo capítulo.

3. O ESTADO E A REVOLUÇÃO COMO UNIDADE DA PRÁXIS: CATEGORIAS PARA UMA ANÁLISE POLÍTICA DO MARXISMO

O conceito de hegemonia em Gramsci - como qualquer outro objeto de investigação - não pode ser compreendido amputado de suas múltiplas determinações, ou seja, fora do sistema teórico edificado pelo marxista sardo, no qual esse conceito, a partir da relação articulada e coerente com outros tantos, adquire significado razoável e justificado. Fora desse sistema, o termo hegemonia se esvazia de sentido, podendo ser definido de maneira arbitrária (SECCO, 2006, p11).

Para que as possibilidades de incorrência nesse erro sejam atenuadas e possa se estabelecer aqui a justa relação entre o conceito de hegemonia em Gramsci, o marxismo

revolucionário, representado por Lênin; e o reformismo, representado pelos eurocomunistas, nesse capítulo será exposto de maneira justificada o conjunto de categorias que no seu todo são relevantes para a correta análise da problemática proposta.

Uma particularidade da presente temática é que os referenciais teóricos que constituem o objeto da análise não foram gestados nas cátedras acadêmicas, mas no seio dos Partidos Comunistas. Desse modo, é necessário compreender que os desafios teóricos (e práticos) colocados são diferentes daqueles preconizados pelo paradigma do cisma entre as duas vocações, de Max Weber, o qual afirma que:

A política não tem cabimento nos auditórios universitários. Ela não se ajusta bem aos estudantes (...) [e também] não incumbe ao professor. Sobretudo, e menos do que nunca, quando, do ponto de vista científico, se ocupa da política. A tomada de posição político-prática e a análise científica das estruturas e dos partidos políticos são duas coisas muito distintas. (WEBER, 2005, p.21)

Para o pensamento marxista a epistemologia contemplativa de Weber é resultado típico do processo de desenvolvimento da propriedade privada, que é o processo de alienação, na qual a unidade da práxis foi cindida, amputando totalmente o trabalho criativo do trabalho prático, unilateralizando, assim, o próprio homem (MARX, 2014). O fetichismo é o efeito obrigatório desse processo de alienação, em que os resultados da atividade humana são encarados como dotados de vida própria, totalmente independentes da atividade que, realmente, os criaram. (MARX, 1983) Portanto, ao contrário do paradigma exposto na citação de Weber, as teorias abordadas, de vertente marxista, não podem conceber a separação da “análise científica das estruturas” da “tomada de posição político prática,” para essas a medida do seu potencial não está em dissimular o seu conteúdo político sob a possibilidade da análise científica neutra, mas está, pelo contrário, na capacidade de conjugar de modo coerente a análise científica da realidade social com a consecução de objetivos políticos a partir de métodos previamente justificados. Portanto, tais teorias estão submetidas a uma determinação dupla, a científica e a política.

A grandeza de um pensador proletário, de um representante do materialismo histórico, é mediada por isso, pela profundidade e pela amplitude da visão que ele tem desses problemas. Pela intensidade com que é capaz de entrever corretamente, por trás dos fenômenos da sociedade burguesa, aquelas tendências que vão em direção à revolução proletária, as quais, no interior e por intermédio dessa sociedade, alcançam a plena eficácia de seu ser e revelam-se como consciência clara (LUKÁCS, 2012, p.29).

Desse modo análise das teorias de vertente marxista não pode perder de vista a relação dessas duas determinações, a

unidade de teoria e ação sobre a qual Lênin insistiu, como também o faz Gramsci. Sem essa unidade de teoria e ação, a hegemonia é impossível, porque ela só se dá com plena consciência teórica e cultural da própria ação; com aquela consciência que é o único modo de tornar possível a coerência da ação, de emprestar-lhe uma perspectiva, superando a imediatividade empírica (GRUPPI, 1980, p.11).

A conjugação dessas duas determinações - a política e a científica – são partes constituintes da unidade da práxis, ou seja, a relação reciprocamente determinada entre teoria e prática, que nada mais é que a atividade humana conscientemente deliberada por meio da qual o homem modifica o mundo e a si mesmo (BOTTOMORE, 2001). Na exposição de KOSIK,

A práxis na sua essência e universalidade é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que cria a realidade (humano-social) e que, portanto, compreende a realidade (humana e não-humana, a realidade na sua totalidade). A práxis do homem não é atividade prática contraposta à teoria; é determinação da existência humana como elaboração da realidade. (2011, p.222)

Assim a filosofia da práxis, como denomina Gramsci o socialismo científico, é justamente o esforço humano de reunião dessa unidade, que começa com o reconhecimento de que “todos os fenômenos econômicos ou sociais, todas as chamadas leis da economia e da sociedade, são produto da ação humana e, portanto, podem ser transformados por essa ação” (LÖWY, 2010, p.15), desde que essa se desenvolva como práxis, como unidade do conhecimento e da ação expressa na atividade revolucionária, na qual a humanidade se reconduz aos tempos da unidade trabalho criativo/executivo, do ser-humano realizado enquanto ser genérico, o comunismo.

A unidade da práxis se expressa num plano mais concreto na fórmula Estado e Revolução, de Lênin, na qual o mérito do revolucionário se encontra em combinar em unidade dialética a ciência e a política, a teoria do Estado e a estratégia socialista, as quais formam a unidade básica da análise política marxista. Como forma de ilustrar essa unidade em seus diferentes níveis de abstração apresenta-se o seguinte quadro:

QUADRO 1 – OS DIFERENTES NÍVEIS DE ABSTRAÇÃO DA UNIDADE DA PRÁXIS.

ABSTRATO	
CONHECIMENTO	AÇÃO
CIÊNCIA	POLÍTICA
TEORIA DO ESTADO	ESTRATÉGIA SOCIALISTA
ESTADO	REVOLUÇÃO
CONCRETO	

Fonte: Elaboração própria

Essa unidade fundamental, a práxis, é o elemento basilar do chamado socialismo científico, que supera o antagonismo entre o sonho e a vida, que transforma efetivamente a relação do ser-humano com a história, a qual já não é mais consequência de vontade estranha, mas consequência de relações estabelecidas pelos próprios homens e que, se compreendidas, podem ser modificadas por ação previamente deliberada, assim a política

Colocada no vértice das atividades humanas, adquire caráter de ciência. Não é mais o momento passional e não é mais mesquinha demonstração de habilidade; é o resultado de aprofundada pesquisa das condições em que se movem as sociedades humanas, os grupos que as compõem e os indivíduos. Ela chega a compreender (e, portanto, a justificar historicamente) tanto o avanço quanto o recuo ou o estancamento, tanto a vitória quanto a derrota. Na base dessa compreensão, há uma crítica de si mesmo e dos outros que é o momento de ação ulterior. (TOGLIATTI, 1980, p. 165)

Ao identificar e apresentar essa unidade básica da análise política marxista, a tarefa que se impõe sobre o presente trabalho para o cumprimento de seus objetivos é a de executar a reconstituição da referida unidade em três diferentes tempos. Antes disso, no entanto, vamos apresentar os elementos dessa unidade no plano mais abstrato, reservando para próximo capítulo a observância de sua manifestação na concretude histórica.

Ainda, antes de prosseguirmos, cabe salientar que a indissociável unidade entre ciência e política no marxismo pode ser observada por outros ângulos que não a teoria do Estado e a estratégia socialista, essas são apenas duas das diversas dimensões que constituem essa relação entre análise objetiva da realidade (ciência) e a correta práxis revolucionária (política). A utilização dessas duas categorias como únicas e absolutas sem a consideração

sobre os outros aspectos que constituem a unidade ciência/política, como a economia, por exemplo, prejudica a possibilidade do entendimento sobre o problema proposto, pois as teorizações sobre o Estado e as formulações estratégicas estão inseridas na totalidade de um processo histórico multiplamente determinado.

Feitas as devidas ressalvas, apresenta-se agora as três categorias em torno da perspectiva de Estado que serão observadas em Lênin, em Gramsci e nos eurocomunistas, elas são: a) a origem do Estado, b) a essência do Estado e c) as dimensões do Estado. A escolha de cada uma dessas categoriais se justifica em um dos propósitos da investigação, que é o de identificar a caracterização mais geral que cada uma das perspectivas tem sobre o Estado.

Com a primeira categoria, a origem do Estado, busca-se compreender o entendimento que cada uma das perspectivas tem sobre as relações sociais e históricas que tornaram o desenvolvimento do Estado possível e, até mesmo, necessário. A observância da segunda categoria busca compreender a perspectiva sobre a substância do Estado, o seu fim último, aquilo que torna o Estado o que ele é e sem o qual já não seria. A última das categoriais procura identificar as perspectivas acerca dos meios do Estado, a sua extensão, ou, o elo fundamental pelo qual esse estabelece suas relações com a totalidade social, o seu sustentáculo. A análise conjunta das três categoriais articuladas possibilita então a compreensão sobre a definição que cada uma das perspectivas tem sobre o Estado, assim, se alcança o primeiro dos objetivos, o Estado em três tempos.

Estando delimitadas as categoriais utilizadas na análise acerca da perspectiva de Estado, falta ainda apresentar a outra face que compõe a unidade Estado/Revolução, a noção de estratégia. O conceito de estratégia pertence originalmente ao campo da ciência militar, sendo definido como a

Forma de planejar, organizar e orientar os diversos combates (campanhas e operações), tendo em conta uma visão de conjunto de todas as forças com as quais se conta, assim como das forças inimigas, para atingir o objetivo fixado: ganhar a guerra contra determinados adversários (HARNECKER, 2012, P.63).

Ainda no campo da ciência militar acompanha o conceito de estratégia outro conceito sem o qual aquele perderia o seu potencial prático, refiro-me ao conceito de tática, o qual é definido por Harnecker como “as diferentes operações executadas concretamente para levar a cabo os combates, de acordo com o plano estratégico geral” (op. cit., p.63). A autora ainda salienta a importância de diferenciar e compreender “A relação entre um objetivo

estratégico parcial e o objetivo estratégico final, assim como a relação entre a estratégia e tática, é uma relação entre o todo e a parte da guerra em seu conjunto em todas as suas etapas” (Ibidem, p. 63 e 64).

Partindo da perspectiva de que a política é arena da luta de classes os revolucionários marxistas incorporaram ao seu linguajar teórico os termos básicos do planejamento militar, desenvolvendo, a partir de análises sobre as diferentes formações socioeconômicas em que se inseriam uma série de formulações estratégicas que balizaram uma parte considerável do debate político no século XX.

De modo geral pode se definir estratégia no campo da política, como aquilo que

(...) determina o caminho geral pelo qual deve ser canalizada a luta de classes do proletariado para conseguir seu objetivo final: a derrota da burguesia e a implantação do comunismo, ou seja, é a forma como se planejam, se organizam e se orientam os diferentes combates sociais para alcançar esse objetivo. (IBID, p. 65)

Das definições já expostas sobre a estratégia no campo militar e político, compreendemos que o plano estratégico geral é constituído pelo o objetivo estratégico final e pelos objetivos estratégicos parciais, sendo tais objetivos definidos dessa ou daquela forma de acordo com a amplitude da análise proposta. Assim entendemos a estratégia como uma relação entre meios e fins fundamentada a partir do entendimento sobre as possibilidades reais de determinada realidade concreta, sendo o objetivo final o elemento que, ao ser combinado com as análises acerca da realidade, determina os objetivos parciais e, por consequência, o desenho do plano estratégico geral.

Já delimitadas a categorias que serão observadas na análise da Teoria do Estado e da estratégia socialista nas três concepções indicadas, se parte agora para a exposição dessas concepções a partir das categorias apresentadas nesse capítulo.

4. O ESTADO E A REVOLUÇÃO EM TRÊS TEMPOS.

O presente capítulo estrutura-se em quatro partes: a primeira objetiva apresentar descritivamente a teoria de Estado e a estratégia socialista em Lênin; a segunda busca fazer o mesmo em relação aos eurocomunistas; e a terceira, o mesmo em relação a Gramsci; a quarta parte pretende examinar a relação entre as teorias apresentadas nas seções anteriores.

4.1 A teoria de Lênin

A exposição da teoria de Lênin, nesta seção, está dividida em dois momentos fundamentais: primeiro se apresenta aqui a teoria de Estado sistematizada pelo revolucionário russo, depois, a sua perspectiva estratégica, fechando, assim, a unidade básica entre o Estado e a Revolução.

Em qualquer debate acerca de Lênin e a suas teorizações o ano de 1917 acaba ocupando uma posição no mínimo importante, não somente por ser o ano da Revolução Russa de Outubro, mas também por marcar, não por coincidência, a publicação de *O Estado e a Revolução*, a mais importante tentativa, até então, de estabelecimento de uma chamada teoria do Estado no campo do marxismo revolucionário. É fato conhecido que

O livro vem à luz sem um sétimo capítulo, que deveria concluir o opúsculo tratando da experiência das revoluções russas de 1905 e 1917 – o capítulo acabou adiado para sempre porque, como o autor esclarece no posfácio, datado de 30 de novembro de 1917, ‘é mais agradável e mais útil viver a experiência da revolução do que escrever sobre ela’ (NETTO, 2012, p. 150).

Ao contrário do que possa parecer, esse posicionamento de Lênin sobre a utilidade revolucionária de seu trabalho como autor não expressa a importância que esse dava à luta teórica. Lênin sabia como ninguém que

A análise concreta da situação concreta não constitui nenhuma oposição à teoria ‘pura’, mas, ao contrário, o ponto culminante da autêntica teoria, ponto em que a teoria é verdadeiramente realizada e, por essa razão, transforma-se em práxis. (LUKÁCS, 2012, p.62)

Desse modo, a publicação de *O Estado e a Revolução* não pode ser compreendida enquanto fato aleatório, pois com ela Lênin estabelece os parâmetros na análise do Estado sob o capitalismo e os elementos básicos do Estado proletário justamente quando dezenas de facções operárias e camponesas de diferentes vertentes estavam disputando entre si o poder do Estado russo em desintegração, sem saber ao certo por qual caminho seguir. No estudo sobre a produção teórica do revolucionário russo a historiadora soviética Anna Pankratova ressalta que

Cada um dos trabalhos geniais de Lênin, como "Quem são os Amigos do Povo e Como Lutam Contra os Social-Democratas", "O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia", "O Programa Agrário da Social-Democracia Russa", "O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo" e "O Estado e a Revolução", são obras profundamente científicas e ao mesmo tempo exemplos notáveis da propaganda do marxismo, que unem cada vez cada problema radical do desenvolvimento da

revolução na Rússia com a teoria de Marx (PANKRATOVA, 1950, documento digital sem paginação).

Enfim, foi com essa obra, *O Estado e a revolução*, que “Lênin reconheceu e demonstrou que a questão do Estado havia sido posta na ordem do dia para o proletariado em luta” (LUKÁCS, 2012, p.78).

Ressaltada já a importância do contexto em que a obra se insere, passemos logo à exposição do seu conteúdo, começando pela Teoria do Estado. Orientando-se fundamentalmente pelos escritos deixados por Marx e Engels, Lênin sistematiza uma teoria marxista acerca do Estado que alcança definições de três níveis: a) as características essenciais do Estado em geral; b) as características da República Democrática Burguesa; e c) as características do Estado Proletário.

Na caracterização do Estado em geral Lênin, citando o Engels de *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, define esse último como:

Produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis (LÊNIN, 2012, P.27).

Sendo então o Estado entendido como um “órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; a criação de uma ordem que legaliza e consolida essa submissão, amortecendo a colisão das classes” (Ibid, p.27)

Como dimensão essencial do Estado em geral e, portanto, de todo e qualquer Estado, Lênin salienta a “força armada separada e superior ao conjunto da sociedade (...) o exército permanente e a polícia” (Ibid, p. 29)

Em termos das características da república democráticas burguesa, Lênin defende a tese de que a república democrática é a forma normal de dominação burguesa, sendo que sob esse tipo de governo o capital não só continua mantendo o seu poder, como o faz por meios mais seguros e indiretos, ou seja, mais passíveis de legitimação. Esse poder se afirmaria fundamentalmente a partir da corrupção, da aliança entre bolsa e governo por intermédio do endividamento público e pela incapacidade do sufrágio universal, no “Estado atual”, de manifestar e impor a vontade da maioria dos trabalhadores (op. cit., p. 33-34). A partir dessas observações Lênin conclui que “nenhuma mudança de pessoas, instituições ou partidos, na república democrática burguesa, é suscetível de abalar” o poder do capital (op. cit. , p.34).

Uma observação cuja importância é central para a nossa análise é a de que a teoria do Estado aqui não está preocupada em categorizar as diferentes formas de governo, mas sim em identificar o conjunto de elementos que constituem o conteúdo substancial do Estado, que é expresso de maneira mais ou menos explícita sob diferentes formas. Essa concepção é sintetizada por Lênin quando esse volta a ratificar Engels:

Quando Engels diz que numa república democrática, tanto quanto numa monarquia, o Estado continua sendo “máquina de opressão de uma classe por outra, não quer dizer que a forma de opressão seja indiferente ao operariado, como o professam certos anarquistas . Uma forma de opressão e de luta de classes mais ampla, mais livre, mais franca, facilitará enormemente ao proletariado a sua luta pela abolição das classes em geral (ibidem, p.98).

Nesse terceiro tipo de caracterização sobre o Estado- o Estado proletário - Lênin começa a transição do Estado para a Revolução, ou da Teoria do Estado para a estratégia socialista, ou da teoria para a ação, ou da ciência para a política, enfim, apresentando a perspectiva de Lênin sobre o Estado proletário, destacamos que para o autor esse é, antes de tudo, o horizonte estratégico dos comunistas, sendo a substância desse Estado a ditadura do proletariado, ou seja, o proletariado organizado enquanto classe dominante. Como já ressaltado anteriormente, vale salientar a distinção entre a substância e a forma, pois ditadura aqui não significa forma de governo ditatorial/tirano, o termo ditadura do proletariado em Lênin expressa a essência do Estado na qual essa classe, o proletariado, é a dominante, ou seja, um Estado é sempre uma ditadura de classe porque sob as mais diversas formas de governo a sua substância classista aponta para a reprodução das relações sociais que garantem que a classe dominante se mantenha enquanto tal.

As formas dos Estados burgueses são as mais variadas; mas a sua natureza fundamental é invariável: todos esses estados se reduzem, de um modo ou de outro, mas obrigatoriamente, afinal de contas, à ditadura da burguesia. A passagem do capitalismo para o comunismo não pode deixar naturalmente, de suscitar um grande número de formas políticas variadas, cuja natureza fundamental, porém, será igualmente inevitável: a ditadura do proletariado. (LÊNIN, 2012, p.55)

Desse modo, como no fragmento supracitado, a ditadura do proletariado, assim como a burguesa, pode assumir diversas formas sem que isso ameace a sua supremacia de classe dominante. Entretanto, o fato de que o Estado possa assumir diferentes formas sem alterar o seu conteúdo não significa que a dominação de uma ou outra classe não tenha a sua forma “normal”, que no caso da burguesia é a democracia parlamentar, e no do proletariado aquilo que é chamado por Lênin de Comuna, ou Estado proletário, ou República Socialista, entre outras nomenclaturas.

Reconstituindo a experiência da Comuna de Paris de 1871, Lênin indica como pressuposto do proletariado organizado como classe dominante a abolição do Estado burguês entendido enquanto aparato burocrático e militar (op. cit., p.61); e a edificação de uma República Socialista cujas características “normais” são:

- Fim do exército permanente substituído pela população armada, em sentido mais geral, uma força de repressão que não está descolada das deliberações democráticas da maioria. (Ibid, p. 63)
- Elegibilidade e amovibilidade de todos os funcionários públicos (Ibid, p. 65)
- Utilização do poder político para expropriar a classe proprietária dos meios de produção, tornando-os propriedade do Estado Socialista. (Ibid, p.65)
- E por fim, como consequência imediata do progressivo desaparecimento da propriedade privada dos meios de produção e, portanto, das classes sociais, o desaparecimento também progressivo, lento e espontâneo do Estado Socialista, que perde a razão de existir. (Ibid, p. 109)

Como observado anteriormente, Lênin apresenta o Estado sob duas perspectivas, a universal e a particular, na primeira, obviamente, o autor expõe as características essenciais do Estado; na segunda são apresentadas duas expressões particulares do Estado, a burguesa e a proletária. A expressão particular burguesa é o objetivo estratégico final da burguesia, em que essa reproduz a sua condição de classe dominante; a expressão particular proletária é o objetivo estratégico final do proletariado, no qual esse reproduz a sua condição de classe dominante. Buscando compreender o alcance mais longo de Lênin, o Estado em geral, cujas características sob formas diversas se encontram, por definição, nos seus particulares, apresentamos o seguinte quadro, que de maneira sucinta, resume a teoria do Estado em geral de Lênin.

QUADRO 2- A TEORIA DO ESTADO EM LÊNIN

ORIGEM	ESSÊNCIA	DIMENSÃO
Antagonismo inconciliável das classes	Viabilizar a dominação de uma classe	Sociedade política (Violência)
Base material		Polícia, exército, sistema penitenciário, etc.

Fonte: elaboração própria

O quadro expressa então que o Estado em Lênin tem a sua origem na divisão das sociedades em classes sociais, sendo a sua essência fundamental a dominação de uma classe e o seu sustentáculo a administração exclusiva das forças coercitivas.

Estando estabelecido desde aqui o conjunto básico que constitui a teoria do Estado em Lênin é importante que se apresente, a partir de agora, a perspectiva estratégica edificada por meio disso. Como já ressaltado no segundo capítulo a estratégia não pode ser compreendida se tomada como um conceito absoluto, essa sempre deve estar numa perspectiva relacional, que abarque além da estratégia final o conjunto de estratégias parciais, as quais constituem condição necessária à realização da primeira.

Compreendendo que qualquer perspectiva estratégica deve levar em consideração um conjunto de particularidades e singularidades presentes na concretude das suas respectivas formações econômico-sociais, não se deve buscar universalizar essas noções específicas, mas compreender os elementos universais que nelas se manifestam.

Desse modo, assim como na teoria do Estado buscamos compreender o pensamento de mais longo alcance de Lênin, com a definição do Estado em geral; na exposição da estratégia socialista o foco será o mesmo, pois, dessa maneira, a teoria do Estado e a estratégia socialista se combinam em uma unidade coerente, evitando as distorções que universalizam as particularidades e vice-versa.

Como adiantado nos parágrafos anteriores o objetivo estratégico final do

proletariado é o Estado proletário, pois nesse o proletariado não só se reproduz enquanto classe dominante, buscando evitar o triunfo das reações burguesas, mas destrói as bases materiais que sustentam a existência das classes sociais e, portanto, o próprio Estado que, invariavelmente, se assenta sobre as relações de classe.

Definido o objetivo estratégico final, se estabelece então o conjunto de objetivos estratégicos parciais que abrem caminho para realização do horizonte estratégico. O conjunto desses objetivos parciais organizados em torno do objetivo final é o plano estratégico geral, que em Lênin apresenta-se de acordo como o esquema abaixo:

QUADRO 3: ESTRATÉGIA GERAL EM LÊNIN

Estratégia Geral em Lênin				
Formar o Partido Revolucionário	Unificar politicamente o proletariado	Estabelecer as alianças de classe	Destruir o Estado Burguês	Edificar o Estado proletário

Fonte: elaboração própria.

Essas são as formulações estratégicas de Lênin que constituem um plano estratégico geral compatível com a sua Teoria do Estado em geral. Na concretude histórica essas formulações, porém, devido a sua amplitude, podem assumir, no plano imediato, um caráter de objetivo final. Vale lembrar que os objetivos expostos no plano geral estão num nível de abstração que abarca uma série de variações e adequações estratégicas e táticas nos planos da concretude de uma formação econômico-social, pode-se citar aqui uma série de formulações que não entram em contradição com o plano geral de Lênin, mas que, justamente, se insere nesse como mediação necessária a sua realização. Também é válido salientar que no contexto dessas mediações o quadro exposto não segue uma linearidade, sendo que as relações entre as diferentes estratégias parciais se desenvolvem de maneira recíproca, por exemplo, a organização do Partido Revolucionário pressupõe um nível de organização e unificação do proletariado, que passa ser mais organizado e unificado na medida em que fortalece o Partido

Revolucionário.

O conceito-chave que esclarece a concepção estratégica de Lênin é a questão da hegemonia, que será trabalhada no final do capítulo de modo articulado com o pensamento de Gramsci e eurocomunista.

4.2 – A teoria eurocomunista

Antes de introduzirmos os pontos que articulam a teoria do Estado e a estratégia socialista no eurocomunismo, cabe defini-lo. O termo eurocomunismo foi usado pela primeira vez pelo jornalista iugoslavo Frane Barbieri no ano de 1975 para definir a confluência entre alguns partidos comunistas da Europa Ocidental em torno de alguns princípios (MONDAINI, 2009, p. 105). Essa confluência foi materializada a partir de uma série de encontros entre o Partido Comunista Italiano, o Partido Comunista Espanhol e o Partido Comunista Francês. Como adverte Pons,

Muito mais do que um movimento dotado de precisa plataforma, o eurocomunismo se configurava como aliança estabelecida em torno do distanciamento do modelo soviético e do reconhecimento do valor da democracia ocidental. (PONS,2014, p.508)

Dessa maneira, não é uma tarefa simples definir quais são os fundamentos mais essenciais que sustentam o eurocomunismo, pois, além de ter sido uma articulação efêmera, a sua produção teórica de fundo sobre o Estado em seu sentido geral é escassa. Assim, na tentativa de encontrar uma unidade entre a diversidade do pensamento eurocomunista, no presente trabalho serão utilizadas as formulações dos principais autores europeus sem negligenciar, entretanto, as repercussões supraeuropeias do movimento, sobretudo as contribuições de autores brasileiros. Para que o resultado dessa tentativa seja uma caracterização precisa da teoria eurocomunista e não um agregado caótico, a unidade da teoria terá como parâmetro as formulações do PCI e de seu principal nome, Enrico Berlinguer, assim, aproveitamos a pluralidade de formulações sem perder de vista a unidade da teoria, a qual se faz necessária à análise.

A centralidade do PCI como elemento balizador do eurocomunismo não se dá por escolha arbitrária do pesquisador, pois os italianos foram os principais articuladores políticos da proposta, sendo que a constituição do eurocomunismo se consagra a partir dos encontros de Berlinguer com Carrillo em julho de 1975, na cidade de Livorno; e de Berlinguer com

Marchais, em novembro do mesmo ano na cidade de Roma (MONDAINI, 2006), ou seja, o eurocomunismo não se constitui a partir de encontros trilaterais, mas a partir da vontade e da capacidade de articulação do PC italiano.

Para além da política, o PCI desempenha também um papel central na elaboração teórica do eurocomunismo. O Partido, antes mesmo do fim da II Grande Guerra, via se comprometido com a elaboração de uma política de massas que fosse capaz de defender a integridade do território italiano sob um regime democrático que fosse estável e, portanto, imune às ameaças do fascismo; sem que por isso fosse imóvel, possibilitando o avanço do regime democrático para o socialismo. Assim, antes mesmo de se chegar ao eurocomunismo como possibilidade teórica, o PCI já havia desenvolvido as concepções de “democracia progressiva” e “via italiana ao socialismo”, sendo essa última definida por Togliatti em 1956 como:

um caminho que prevê um desenvolvimento no terreno democrático, de fortalecimento da democracia e de sua evolução no sentido de determinadas e profundas reformas sociais. Se não se coloca a questão desse modo, se faz uma sumária identificação exterior entre “caminho italiano” e “caminho parlamentar”. [...] A utilização do parlamento é uma das possibilidades de desenvolvimento de uma ação consequentemente democrática para obter profundas reformas de estrutura. [...] Devemos ter presente o que Lênin dizia sobre o caráter ilusório da democracia burguesa. Podemos hoje pôr fim, em parte e até em grande parte, a esse caráter ilusório; ou seja, podemos criar um terreno verdadeiramente democrático sobre o qual se possa desenvolver vitoriosamente a luta pelo socialismo, assim como previam os clássicos do marxismo. [...] Pretendemos desenvolver, sobre o terreno democrático, a ação e a luta das massas operárias e trabalhadoras para modificar profundamente as estruturas econômicas da sociedade italiana (TOGLIATTI, 1980, p. 154-157).

As preocupações do PCI em desenvolver uma política comunista específica para uma realidade política formalmente democrática transformaram o partido numa verdadeira instituição da classe trabalhadora italiana, a qual alcançou uma cifra próxima aos dois milhões de filiados, sendo o maior Partido Comunista do ocidente e o único com chances reais de assumir o poder executivo do Estado por vias eleitorais.

É esse partido que Enrico Berlinguer assume em 1972, mas agora num contexto diferenciado em relação ao tempo em que Togliatti havia exercido as funções de secretário geral, até o ano 1964. No contexto de Berlinguer o movimento comunista internacional já se encontrava fragmentando, a URSS estava com a imagem desgastada no ocidente e “pela primeira vez desde os anos 20, os jovens revolucionários europeus não pertenciam ao movimento comunista, mesmo quando se autodefiniam como marxistas” (PONS, 2014, p.

463). “Os partidos comunistas ocidentais se viram sob a pressão de um duplo desafio, o da padronização consumista e o da contracultura anticonformista, ambas destinadas a alimentar novos impulsos individualistas” (PONS, 2014, p. 486).

Ainda nesse contexto de desestruturação do movimento comunista e de crise do sistema capitalista, a burguesia parte para uma contraofensiva. No caso da Itália se tem uma multiplicação do terrorismo como forma de intervenção política, tanto por parte da ultraesquerda, quanto por parte da direita fascista, o que ameaça a estabilidade do já instável parlamentarismo italiano. A partir desse contexto de efervescência política desfavorável à classe trabalhadora e da responsabilidade que recai sobre PCI como um dos possíveis estabilizadores do sistema democrático do país, é que começa a se esboçar o projeto eurocomunista (BERLINGUER, 2009, p.83). Isentando-nos de entrar agora no debate sobre os interesses imediatos que o PCI tinha a época, como a possibilidade de formar um governo de unidade nacional com a Democracia Cristã, buscamos compreender os elementos substanciais, ou extraconjunturais, que fundamentam o eurocomunismo em sua unidade entre teoria do Estado e estratégia socialista.

No que diz respeito à teoria do Estado o pensamento eurocomunista se articula a partir de uma tese central, a qual sugere que o surgimento do Estado Ocidental fundamentado na democracia de massas marcou uma ruptura ontológica com o Estado existente até então. Essa tese é constituída por dois argumentos fundamentais.

O primeiro argumento é de que esse Estado Ocidental fundamentado na democracia de massas, ao contrário de todas as formas de Estado até então existentes, não tem o seu poder assentado no monopólio da coerção, mas sim no consenso da sociedade civil. Como certifica o trecho de Coutinho, a:

... alteração na natureza do Estado capitalista determinou uma mudança substantiva na estratégia do movimento operário socialista. Nas formações sociais onde não ocorreu significativa socialização da política; onde, portanto, não existe uma ‘sociedade civil’ pluralista e desenvolvida, a luta de classes se trava predominantemente em torno da conquista do Estado-coerção, mediante assalto revolucionário [...]. [...] onde o Estado se ‘ampliou’, as lutas por transformações radicais travam-se no âmbito da sociedade civil, visando a conquista do consenso da maioria [...] no sentido de influir e de obter espaços no seio dos próprios aparelhos de Estado... (2000, p.38-39)

Desse primeiro argumento floresce o segundo, cujo raciocínio segue do seguinte modo: se a sustentação do poder estatal não é mais a violência e todo o aparato técnico que essa exige, mas sim a hegemonia nos espaços da sociedade civil, o decisivo para o exercício de poder estatal são os acordos que propiciam a formação de consensos nos espaços civis, assim, o Estado não se configura mais como monopólio de classe, possibilitando, dessa maneira, que o poder seja exercido pela pluralidade de grupos que constituem o corpo social, dependendo esses somente da sua capacidade de estabelecer alianças e construir consensos. Desse modo o Estado é tomado como um campo neutro onde os diferentes grupos e classes disputam livremente o consenso da sociedade civil. Corroborando com esse segundo argumento, no qual o Estado ocidental não tem uma substância de classe, Francisco Weffort afirma que:

Chamar as modernas democracias europeias atuais de burguesas só é possível à custa de um enorme empobrecimento da análise e, por conseguinte, da perspectiva política. Seria mais correto dizer que são democracias sob a hegemonia burguesa, aliás hegemonia em permanente disputa por parte dos trabalhadores. O problema dos trabalhadores nas democracias modernas é o de conquistar a hegemonia no campo de uma democracia que consideram sua (WEFFORT apud TOLEDO, 1994, p.30).

De modo resumido, os dois argumentos basilares do eurocomunismo são: a) que o Estado Ocidental democrático não tem como fundamento a violência, mas o consenso; e b) que esse Estado democrático não tem uma substância de classe, sendo a representação plural da sociedade. Assim, a partir desses argumentos, a teoria eurocomunista afirma que o surgimento do Estado Ocidental democrático marca uma ruptura com o Estado em todas as suas formas existentes até então. Como forma de sistematizar a teoria de Estado eurocomunista de acordo com os parâmetros estabelecidos no presente trabalho, apresenta-se o seguinte quadro:

QUADRO 4 – A TEORIA DE ESTADO NOS EUROCOMUNISTAS

ORIGEM	ESSÊNCIA	DIMENSÃO
Estado ocidental moderno não possui a mesma natureza dos Estados pré-sociedade civil, sendo o desenvolvimento dessa a origem do Estado ocidental moderno.	Representar a pluralidade de interesses sociais.	Sociedade civil (Consenso)
Base material		Aparelhos privados de hegemonia: partidos, sindicatos, associações, igrejas, etc.

Fonte: elaboração própria

Os eurocomunistas, então, não divergem da tradição marxista acerca do surgimento do Estado em geral, eles consideram, no entanto, que a natureza do Estado democrático no ocidente é diferente das outras formas de Estado que se constituíram ao longo da história. No caso do moderno Estado democrático ocidental, a essência não seria a dominação, mas a representação da pluralidade de grupos sociais, sendo o seu sustentáculo - aquilo que lhe dá sustentação junto à totalidade do corpo social - o consenso nos aparelhos privados de hegemonia que, no seu conjunto, formam a sociedade civil.

É a partir dessa caracterização do Estado que os eurocomunistas constroem o seu plano estratégico, posto que para cada argumento que constitui a teoria do Estado há uma repercussão estratégica. O reconhecimento de que o Estado democrático desenvolvido no ocidente não tem uma substância de classe, podendo ser utilizado também pela classe trabalhadora na construção do socialismo, aponta contra a noção segundo a qual o proletariado destrói o Estado existente, substituindo-a pela orientação de ocupar e ampliar esse Estado.

A democracia é hoje não apenas o terreno no qual o adversário de classe é obrigado a retroceder, mas é também o valor historicamente universal sobre o qual se deve fundar uma original sociedade socialista (BERLINGER apud COUTINHO, 1979, p.1 e 2).

Assim qualquer possibilidade de destruição do Estado democrático acaba por ameaçar a realização desse ponto estratégico que, inevitavelmente, passa por dentro do Estado constituído, como ilustram os trechos a seguir, de Carrillo e Berlinguer:

Os partidos incluídos na corrente eurocomunista coincidem na necessidade de ir ao socialismo com democracia, pluralidade partidária, parlamento e instituições representativas, soberania popular exercida regularmente através do Estado e dos partidos, liberdade para a oposição, direitos humanos, liberdades religiosas, liberdade de criação cultural, científica, artística e o desenvolvimento das mais amplas formas de participação popular em todos os níveis e ramos da atividade social (CARRILLO, 1978, p.100).

A larga convergência de opiniões entre os partidos comunistas do Ocidente europeu diz respeito, em particular, ao problema fundamental da relação entre a democracia e socialismo: a afirmação do socialismo como desenvolvimento e realização plena da democracia; o reconhecimento do valor das liberdades pessoais e das suas garantias; os princípios da laicidade do Estado, da sua articulação democrática, da pluralidade dos partidos, da autonomia do sindicato, das liberdades religiosas, da liberdade da cultura, da arte, das ciências; a ideia de uma solução socialista que assegure no campo econômico um alto desenvolvimento produtivo, uma planificação que se fundamente na coexistência de várias formas de iniciativa e de gestão pública e privada (BERLINGUER, 2009, p.68).

Desse modo, a defesa do Estado democrático ocidental se apresenta como um objetivo central para os eurocomunistas.

Eis por que falamos não de uma alternativa de esquerda, mas de uma alternativa democrática, isto é, de uma perspectiva política de colaboração e entendimento das forças populares de inspiração comunista e socialista com as forças populares de inspiração católica, além de outras forças de orientação democrática. (BERLINGUER, 2009, p.84)

Se o argumento de que o Estado democrático ocidental não tem substância de classe coloca como horizonte a ocupação, a ampliação e a defesa desse Estado; o argumento que considera esse como não sendo fundamentado na violência, traz à perspectiva estratégica o modo como isso deve ser feito.

actualmente, los partidos comunistas que se adscriben a una vía democrática al socialismo que se ha consagrado popularmente bajo el poco riguroso término de *eurocomunismo* sostienen firmemente que su eventual papel dirigente sólo se alcanzará, en el sentido gramsciano de la dirección intelectual y moral. Es decir, si son capaces de obtener, competitivamente, esa definición no mediante medidas administrativas sino a través de una argumentación y acción política cualitativamente superior (LASO, 1978, p.61)

Desse modo o desenho estratégico eurocomunista, possuindo uma perspectiva indefinida de socialismo (CHAGAS, 2012) tem como objetivo estratégico final a ocupação progressiva e gradual do Estado democrático ocidental com a perspectiva de sua ampliação, sendo o socialismo fruto desse processo. (BERLINGUER, 2012) Os objetivos parciais necessários à consecução do objetivo final passam essencialmente pela construção do consenso na sociedade civil por meio de negociações, alianças e disputas limitadas pelo Estado de Direito, sendo o parlamento uma instituição de primeira importância.

Para finalizar, salienta-se que a construção da teoria de Estado e estratégia socialista apresentada faz uso, em sua fundamentação, da produção teórica de Gramsci - como ilustra o último trecho citado. A problemática em torno dessa questão será trabalhada ao longo do texto.

4.3 A teoria de Gramsci

A Teoria de Estado e a estratégia socialista proposta por Gramsci é resultado de um longo processo de formação intelectual, no qual o marxista sardo, paulatinamente, foi incorporando, estruturando e desenvolvendo conceitos que, mais tarde, sustentariam o conjunto de suas proposições teóricas. No intuito de compreender o seu arcabouço teórico apresentamos – antes das suas conclusões acerca do Estado e da estratégia socialista - a trajetória intelectual do revolucionário italiano, a qual está marcada por quatro momentos decisivos.

O primeiro momento fundamental da trajetória do marxista sardo refere-se a sua formação intelectual da juventude. Gramsci, ao contrário de muito dos seus correligionários, não se formou filosoficamente a partir das influências da Segunda Internacional, isso, de certo modo, acabou o imunizando dos vícios peculiares às interpretações economicistas do marxismo, que no período, eram as mais correntes. Assim, desde aqui, já estavam se estruturando em Gramsci as bases teóricas que, no futuro, o levariam a romper com essas concepções.

O segundo momento decisivo na trajetória intelectual de Antônio Gramsci diz respeito aos acontecimentos que constituíram a Revolução Russa de Outubro de 1917, pois o socialismo italiano até essa data reproduzia o quadro ideológico da II Internacional, agrupada, sobretudo, em torno de Karl Kautsky, cujas teorizações definiam o processo revolucionário

Como resultado de uma inexorável lei do desenvolvimento econômico: o progresso das forças produtivas, aguçando a polarização de classe e conduzindo a crises de tipo catastrófico, levaria fatalmente, em dado momento, a um colapso do capitalismo com a consequente eclosão da insurreição proletária (COUTINHO, 1999, p.13)

O estourar da revolução de caráter socialista num país relativamente atrasado, seja do ponto de vista econômico ou político, não sepultou apenas a tradição política da Segunda Internacional, em decomposição desde a Grande Guerra, mas também e, principalmente, a sua tradição teórica, fundamentada em Kautsky. O posicionamento de Gramsci aqui, muito

provavelmente influenciado pela sua formação filosófica de juventude, não titubeou na defesa do bolchevismo contra a tradição até então predominante. Expressando o significado teórico da Revolução Bolchevique para o movimento socialista internacional, o então jovem e desconhecido Gramsci, já em 1917, imediatamente identifica a importância do que se passava na Rússia, colocando-se em sua defesa.

A revolução dos bolcheviques é feita mais de ideologias do que de factos. (Por isso, no fundo, importa-nos pouco saber mais do que já sabemos). É a revolução contra O Capital de Karl Marx. O Capital de Marx era, na Rússia, mais o livro dos burgueses que dos proletários. Era a demonstração crítica da necessidade inevitável que na Rússia se formasse uma burguesia, se iniciasse uma era capitalista, se instaurasse uma civilização de tipo ocidental, antes que o proletariado pudesse sequer pensar na sua insurreição, nas suas reivindicações de classe, na sua revolução. Os factos ultrapassaram as ideologias. Os factos rebentaram os esquemas críticos de acordo com os quais a história da Rússia devia desenrolar-se segundo os cânones do materialismo histórico. Os bolcheviques renegam Karl Marx quando afirmam, com o testemunho da ação concreta, das conquistas alcançadas, que os cânones do materialismo histórico não são tão férreos como se poderia pensar e se pensou. (GRAMSCI, 1976, p. 21)

Embora nesse pequeno excerto Gramsci ainda confunda as leituras dogmáticas de O Capital com o próprio, é nesse texto - *A Revolução contra o Capital* – que ele manifesta os fundamentos que iriam orientar as suas teorizações da maturidade, pois é um primeiro marco de ruptura, um primeiro expurgo teórico do dogma reducionista, economicista e determinista presente no cenário do socialismo europeu no qual ele se inseria.

Gramsci, buscando ainda libertar-se das influências do contexto político/teórico da Segunda Internacional, mergulha num voluntarismo inocente, sendo a superação desse desvio, com a derrota dos conselhos operários de Turim, o terceiro momento fundamental da sua trajetória.

Se na atrasada Rússia, pensava Gramsci, à despeito das condições objetivas preconizadas pela teoria, os bolcheviques venceram, a revolução na Itália dependeria quase que exclusivamente da capacidade e da disposição da vanguarda operária, sem qualquer impedimento de ordem objetiva. Assim, compreendendo os soviets como a célula fundamental da Revolução Russa, o problema colocado por Gramsci na Itália era o de encontrar a versão italiana desses, como ilustra o trecho citado abaixo:

Existe um germe, uma veleidade, um esboço tímido de governo dos soviets na Itália, em Turim? Sim, existe na Itália, em Turim, um germe de governo operário, um germe de soviets; é a Comissão Interna; estudemos essa instituição operária, façamos uma pesquisa, estudemos também a fábrica, não como organização da produção material, mas como forma necessária da classe operária, como organismo político, como território nacional do autogoverno operário (GRAMSCI apud COUTINHO, 1999, p. 29)

A partir dessa constatação Gramsci começa um forte trabalho político organizativo junto a essas comissões, as quais tinham até Gramsci a atribuição de defender os direitos dos trabalhadores no local de trabalho, sendo os seus representantes nomeados pelo sindicato respectivo. Após as incursões do grupo liderado pelo marxista sardo no PSI, as comissões já formavam conselhos operários unificados que respondiam por todos os trabalhadores, sindicalizados ou não, sendo a sua direção eleita por voto direto. Os conselhos passariam então, de acordo com Gramsci, de instrumento de defesa dos direitos dos trabalhadores, para instrumento segundo o qual os trabalhadores organizados tornavam-se senhores de sua produção, controlando-a em todos os seus aspectos, libertando, assim, a classe trabalhadora do jugo administrativo imposto pelos patrões. Desse modo, ao contrário do sindicato, o conselho operário de fábrica seria uma instituição que, por definição, é anti-sistêmica, sendo um gérmen do Estado Socialista na Itália. O trabalho de organização dos conselhos tem como resultado imediato os acontecimentos que ficaram conhecidos como biênio rosso, devido às lutas operárias travadas em Turim nos anos de 1919 e 1920, tendo o seu ponto culminante em setembro desse ano, no qual os trabalhadores

ocupam as fábricas e, através dos conselhos, revelam-se capazes de geri-las e de assegurar a continuidade de produção. Os conselhos têm assim uma oportunidade de testar sua função revolucionária; eles provam a viabilidade da autogestão operária nas empresas, a inutilidade econômica dos empresários como organizadores da produção. (COUTINHO, 1999, p.37)

No entanto, isolado, sem o apoio político do conjunto das forças sociais, o movimento começa arrefecer após 15 dias. Derrotados pelo vanguardismo os conselhos se desorganizam, marcando uma experiência que legou profundas repercussões no pensamento de Gramsci, o qual passou a compreender que a luta de classes não é somente a luta de operários contra patrões no seio das fábricas, mas uma complexa luta política travada pelo conjunto de agrupamentos e classes em torno do poder do Estado. Amadeo Bordiga, que fundou o PCI ao lado de Gramsci, com quem depois divergiu, antecipa, em sua análise do movimento dos conselhos de Turim, aquilo que mais tarde Gramsci desenvolveria teoricamente nos cadernos do cárcere.

Como o poder político ainda se achava em mãos da classe capitalista, uma representação dos interesses gerais do proletariado não pode ser alcançada senão no terreno político, num partido de classe que reúna adesões pessoais daqueles que superaram, para dedicar-se à causa da revolução, a estreita visão dos interesses egoístico, do interesse da categoria, e finalmente do interesse de classe, no sentido de que o partido admite no seu seio também desertores da classe burguesa que são defensores do programa comunista (BORDIGA apud SECCO, 2006, p. 33)

Dessa maneira, o fracasso dos conselhos de Turim constitui o terceiro elemento a ser destacado na trajetória intelectual de Gramsci, marcando, de fato, o rompimento com a tradição segundo internacionalista: no campo da política, com a saída do PSI e a fundação do PCI em 1921; e no campo teórico, o reconhecimento do fracasso prático do elemento residual dessa vertente, o economismo² obreirista.

O quarto momento fundamental na construção teórica de Gramsci se configura mais como uma adesão do que como um rompimento. Com as sucessivas derrotas do movimento operário no ocidente e o fim da perspectiva imediata de revolução mundial, se insere na URSS o problema acerca da possibilidade da construção do socialismo. Os encaminhamentos em torno da questão se desenvolvem a partir de duas concepções opostas: de um lado, se constitui o grupo pró-NEP, de Stálin³, Bukhárin⁴ e Kondratiev; do outro, o grupo oposicionista que defendia um rompimento com a NEP, fundamentando-se na perspectiva de uma industrialização edificada a partir de trocas desiguais entre o campo e a cidade, a chamada acumulação primitiva socialista, defendida por Trótsky, Zinoviev e Preobrajensky. Nessa polêmica, de acordo com SECCO

Gramsci não compartilhava dos fundamentos teóricos da oposição de esquerda. Ele esposava a doutrina bucharinista da aliança, corporificada na NEP – Nova Política Econômica. E a NEP significava a aliança, a hegemonia do proletariado; uma política baseada na colaboração (consenso) e não na industrialização acelerada, fundamentadas no sacrifício dos camponeses. (SECCO, 2006, p.40)

Portanto, é nesse momento que o marxista sardo identifica - a partir do debate soviético inserido na III Internacional - que o fundamental para o sucesso do socialismo, não somente na Rússia, era a formação e o fortalecimento de alianças de classe sob a hegemonia política do proletariado (COUTINHO, 1999; GLUCKSMANN, 1980). Aqui Gramsci começa já a identificar as noções fundamentais que desenvolverá mais tarde sob a forma de teoria.

² Termo utilizado por Lênin em “O que fazer?” para se referir aos grupos do movimento operário que negligenciavam os elementos externos à luta sindical intra-fábrica, bem como a necessidade de um partido de vanguarda, a necessidade de fazer agitação em outros grupos e classes e a necessidade de pautar uma luta política contra o Estado burguês.

³ No sentido de ilustrar o posicionamento de Stálin no contexto desse debate, cita-se o próprio: “Lênin combatia os partidários da revolução permanente, não porque afirmassem a continuidade da revolução, posto que o próprio Lênin mantinha o ponto de vista da revolução contínua, mas porque eles subestimavam o papel do campesinato, que é a maior reserva do proletariado; porque eles não compreendiam a ideia da hegemonia do proletariado” (STÁLIN apud GLUCKSMANN, 1980, p.229).

⁴ No sentido de ilustrar o posicionamento de Bukhárin, cita-se o próprio: “A conclusão de Trótsky era de que a ditadura da classe operária e do campesinato era impossível, um conflito dos mais graves devendo produzir-se entre a classe operária e o campesinato. Era, em suma, a negação de hegemonia do proletariado (BUKHARIN apud GLUCKSMANN, 1980, p.228).

O conjunto das formulações teórico-políticas do Gramsci maduro, da segunda metade da década de 20 em diante, é resultado desse longo processo de formação brevemente apresentado acima, que começa com uma formação juvenil filosófica de base diferenciada em relação à tradição da segunda internacional, passa por dois rompimentos de fundo com essa tradição (primeiro com o fatalismo da eterna espera, e depois com o economismo obreirista) e, por fim, culmina na defesa do estabelecimento da noção de hegemonia do proletariado, a qual seria, justamente, a resposta política e teórica ao elemento negado no momento anterior, o economismo obreirista de caráter sectário.

Estando já apresentada a trajetória intelectual do marxista italiano, investiguemos agora a unidade básica da análise marxista da política, a sua concepção de Estado e estratégia socialista, as quais são resultado dessa trajetória, começando pela primeira: a teoria de Estado em Gramsci.

A Teoria de Estado do marxista sardo começa com o desenvolvimento e aprofundamento de uma diferenciação estabelecida por Lênin nas análises sobre as derrotas operárias no ocidente, das quais o biênio rosso faz parte. O revolucionário russo, ao analisar essas derrotas sucessivas, ressalta o caráter diferenciado da formação social russa em relação às sociedades da Europa Ocidental.

Lênin afirma claramente – já em 1918 – que, se a conquista do poder fora relativamente fácil na Rússia (sendo difícil, em troca, a construção do socialismo), no Ocidente ocorreria o inverso: a maior complexidade das sociedades ocidentais tornaria a conquista do poder mais difícil, demandando um processo mais longo e uma capacidade de fazer política bem maior do que na Rússia (COUTINHO, 1999, p. 49)

Essa formulação será incorporada por Gramsci como um alicerce básico no qual se fundamentará o conjunto do seu edifício teórico acerca dos estudos sobre o Estado e a estratégia socialista no ocidente. Desenvolvendo a constatação de Lênin o marxista sardo passa a investigar o elemento fundamental que marca a diferença entre a formação econômico-social de caráter ocidental e a formação econômico-social de caráter oriental, preconizando, mais tarde, que a diferença fundamental entre elas seria o desenvolvimento da sociedade civil.

No oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primordial e gelatinosa; no ocidente, havia, entre o Estado e a sociedade civil, uma justa relação e, em qualquer abalo do estado, imediatamente descobria-se uma poderosa estrutura da sociedade civil. (GRAMSCI, 1968, p. 74-75)

Ou seja, o fato diferenciado colocado pela formação econômico-social do ocidente não é a existência da sociedade civil, que existia de modo primitivo e desarticulado nas formações orientais, mas é o fortalecimento e o desenvolvimento dessa sociedade civil a tal ponto que essa se torna um elemento central para o exercício da dominação política. Na intenção de facilitar nossa exposição acerca da teoria de Gramsci, apresentamos desde já o seguinte quadro:

QUADRO 5 – A TEORIA DO ESTADO EM GRAMSCI

ORIGEM	ESSÊNCIA	DIMENSÃO A	DIMENSÃO B
Antagonismo inconciliável das classes	Viabilizar a dominação de uma classe por outra	Sociedade Política (Violência)	Sociedade Civil (Consenso)
Base material		Polícia, exército, sistema penitenciário, etc.	Aparelhos privados de hegemonia: partidos, sindicatos, igrejas, associações, escolas, etc.

Fonte: elaboração própria

Em Gramsci, como ilustrado no quadro acima, o Estado mantém a sua origem no antagonismo de classes, sendo também a sua essência a viabilização da dominação de uma classe por outra. Entretanto, diferentemente de Lênin, Gramsci agrega na análise do Estado um segundo sustentáculo, a sociedade civil, que não substitui a sociedade política, mas junto com ela, forma a unidade orgânica e indissociável do Estado (BIANCHI e ALIAGA, 2011; MENDONÇA, 2014; VIOLIN, 2006; GOULART, 2008), definida por Gramsci por meio do conceito de Estado Integral (JESSOP, 2009).

Já estando esclarecida a unidade das duas dimensões fundamentais do poder estatal – a sociedade política e a sociedade civil – cabe defini-las. A sociedade política compreende o Estado em seu sentido restrito, jurídico e coercitivo, sendo

formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos coercitivos ou repressivos de Estado, controlados pelas

burocracias. Por meio da sociedade política, as classes exercem sempre uma ditadura, uma dominação mediante coerção (VIOLIN, 2006, p. 5).

A sociedade civil, ao contrário, compreende o

Estado ético: organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo as escolas, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, os meios de comunicação etc. No âmbito e por meio da sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia (buscam ganhar aliados para suas posições mediante a direção política e o consenso). Os seus portadores materiais são os "aparelhos privados de hegemonia", organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política. (Ibid, p. 5-6)

Vale ressaltar novamente que a separação entre a sociedade civil e a sociedade política é de cunho meramente metodológico, no sentido de possibilitar a edificação teórica sobre a realidade. Concretamente as sociedades política e civil, embora diferenciadas, não se desenvolvem paralelamente, mas pelo contrário, de modo combinado se influenciam de maneira recíproca como unidade fundamental de reprodução das relações de dominação entre as classes sociais, como expressa o próprio Gramsci.

Parece-me que o que de mais sensato e concreto se pode dizer a propósito do Estado ético e de cultura é o seguinte: cada Estado é ético quando uma das suas funções mais importantes é a de elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes” (GRAMSCI, 1976, p. 145)

Ou seja, os detentores de poder na sociedade política se utilizam de todos os meios disponíveis para determinar o desenvolvimento das relações estabelecidas na sociedade civil, pois o Estado como unidade-distinção dessas duas dimensões, na qual a sociedade civil se encontra desenvolvida e articulada numa complexa teia de aparelhos privados de hegemonia de caráter diverso - como escolas, partidos, sindicatos, jornais e associações de todo tipo - exige dos grupos que exercem poder por meio dele atributos que transcendem os limites da simples capacidade de controle sobre as forças de coerção, assim, por conseguinte, a própria luta de classes ultrapassa esses limites.

Agora então, o exercício normal da dominação de uma classe consiste justamente em manter o poder político (potencial de coerção) em equilíbrio com o consenso na sociedade civil. Essa última característica depende essencialmente da capacidade das classes dominantes conseguirem universalizar o seu projeto, sendo esse incorporado por uma gama variada de setores. (BIANCHI e ALIAGA, 2011)

Dessa maneira, compreendendo que uma formação econômico-social concreta é composta por uma série de grupos e classes, deve se compreender também que nem todos esses são fundamentais. Na formação capitalista, por exemplo, só duas dessas classes o são, ou seja, somente a burguesia e o proletariado ocupam posições imprescindíveis à reprodução do modo de produção dominante. Por consequência disso somente essas classes estão historicamente capacitadas a desenvolver ideologias orgânicas, projetos civilizacionais que “organizam as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição e lutam” (GRAMSCI, 1991, p.62-63) arrastando consigo outros grupos sociais, os quais são incapazes de passar do momento egoístico passional ao momento ético-político. Esse processo no qual uma classe fundamental - que tende a ser dominante por vocação histórica inscrita na objetividade da luta de classes – supera o momento corporativo visando universalizar seus interesses, incorporando assim os interesses de outras classes que não possuem um projeto social próprio é denominado por Gramsci como o processo de catarse. Nas palavras do próprio

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se leve em conta interesses e grupos sobre os quais a hegemonia se exerce, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômica corporativista; mas é evidente que tais sacrifício e tal compromisso não podem dizer respeito ao essencial. Porque se a hegemonia é ético político, ela não pode deixar de ser econômica, ela não pode deixar de ter o seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce nos setores decisivos da produção.” (GRAMSCI apud GLUCKSMANN, 1980, p. 100)

A realização do poder político então deve levar em conta dois fatores. O primeiro é que as formações econômico-sociais concretas são formadas por uma quantidade considerável de classes e grupos, desse modo o poder político não pode atender somente as demandas de um único grupo ou classe, pois assim o poder não é capaz de se sustentar. O segundo fator é que no Estado Integral organicamente constituído pela unidade-distinção sociedade civil e sociedade política, o poder político não pode estar alicerçado somente na força, pois é necessário estabelecer relações com as classes aliadas, não podendo também estar, assim, fundamentado somente no consenso, pois isso não garantiria a realização dos interesses do conjunto de classes no poder à despeito dos interesses contraditórios da classe antagonica, o que, por consequência, acabaria por dissolver a unidade do conjunto de classes aliadas. Em síntese, o exercício do poder político por parte de uma classe exige, portanto, que essa seja capaz de estabelecer relações de não dominação com outros grupos e classes e que essa relação, ao invés de enfraquecer o seu domínio, o fortaleça.

Essa problemática em torno do exercício do poder político integral exigiu a introdução de um conceito capaz de agrupar esse conjunto de relações de dominação e cooperação entre classes sociais diversas, o conceito de bloco histórico, cuja estrutura é definida por Portelli no seguinte excerto:

A análise gramscista da hegemonia leva a distinguir três tipos de grupos sociais no interior do bloco histórico: por um lado, a classe fundamental que dirige o sistema hegemônico; por outro lado, os grupos auxiliares que servem de base social à hegemonia e de viveiro para o seu pessoal; enfim, excluídas do sistema hegemônico, as classes subalternas. (1983, p. 80)

Sobre a relação entre os diferentes grupos no seio do bloco histórico, cita-se a contribuição do próprio Gramsci:

Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições fundamentais inclusive para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também [dirigente]. (GRAMSCI, 2002, p. 62-63)

O bloco histórico, portanto, é esse conjunto de relações estabelecidas entre as diferentes classes sociais de uma formação econômico-social concreta em luta pela hegemonia (força e consenso) do Estado Integral (sociedade política e sociedade civil). Nesse bloco histórico se é dirigente por meio de consenso estabelecido junto aos aliados que formam, com a classe dominante, o sistema hegemônico; ao passo que se é dominante por meio do potencial de exercício da força coercitiva estabelecida em relação aos inimigos, desse modo o momento da direção pertence, predominantemente, à sociedade civil e o momento da “dominância”, predominantemente, à sociedade política.

Como alertam ALVES, 2010; LIMA, 2009 e SECCO, 2006 o bloco histórico não constitui uma exclusividade superestrutural, pois, justamente, está alicerçado na unidade orgânica, concreta e indissociável entre superestrutura e infraestrutura. O estabelecimento das alianças de classes entre a classe hegemônica e as classes aliadas não é resultado somente de convencimento ideológico nos aparelhos privados de hegemonia, embora isso seja fundamental, mas é também a realização com eficiência dos interesses dessas classes, sejam eles de ordem ideológica ou material-econômica. Dessa maneira a conquista do Estado restrito, ou sociedade política, “não é um instrumento externo à classe, mas desempenha um papel em sua unificação/constituição” (GLUCKSMANN, 1980, p.175), pois garante maior possibilidade de êxito na edificação de sua hegemonia.

É a partir dessa caracterização do Estado, no qual o exercício do poder político é determinado pelo estabelecimento de um sistema hegemônico no seio do bloco histórico, que é possível reconstituir a estratégia socialista em Gramsci, pois toda questão agora se resume em como constituir esse sistema hegemônico e ser capaz de dirigi-lo.

Se a questão do poder se resume a direção do sistema hegemônico então a manutenção desse poder passa pelo estabelecimento de alianças de classe, na qual a classe hegemônica deve atender um mínimo de demandas das classes aliadas. A burguesia como classe hegemônica nas formações econômico-sociais capitalistas deve buscar, portanto, universalizar o seu projeto por meio dessas concessões. No entanto, por imperativo das leis do desenvolvimento do modo de produção capitalista, as quais tendem para a acumulação de capital, à burguesia, sobretudo nos períodos de crise, é colocada uma contradição: a reprodução das relações de produção nas quais ela, a burguesia, é classe dominante, pressupõe a acumulação de capital, ao passo que a manutenção do seu poder político – que garante a acumulação de capital e a reprodução das relações de produção na qual a própria burguesia é a classe dominante – pressupõe a garantia dos interesses de outros grupos sociais e, portanto, a distribuição desse capital.

Esse momento de contradição acirrada é o momento em que duas crises se encontram, a crise do modo de produção capitalista e a crise do bloco histórico, sendo a última, muito provavelmente, consequência da primeira. De acordo com Marx a crise do modo de produção capitalista exige que o Estado tome uma série de medidas no sentido de garantir a reprodução das relações de produção, essas são as chamadas medidas contratendências, vulgarmente conhecidas como medidas antipopulares. Entre elas estão:

a) aumento do grau de exploração da classe trabalhadora, seja pelo aumento da jornada de trabalho, seja pela intensificação do trabalho; b) redução dos salários; c) redução dos preços dos elementos do capital constante, tais como buscar matérias primas mais baratas, máquinas mais eficientes, subsídios para insumos e serviços essenciais como aço, mineração, energia, armazenamento, transporte e outros; d) formação de uma superpopulação relativa, ou seja, reunir um contingente de força de trabalho muito além das necessidades do capital e mesmo além do exército industrial de reserva como forma de pressionar o valor da força de trabalho para baixo; e) ampliação e abertura de mercado externo como forma não apenas de desovar o excedente produzido, como de encontrar fontes de matéria prima e recursos abundantes, barateando seus custos; f) o aumento do capital em ações, isto é, buscando compensar a queda na taxa de lucro com juros oferecidos pelo mercado de papéis oferecidos por empresas ou por títulos do Estado. (IASI, 2008, p.5)

Tais medidas, necessárias a reprodução do capital, notadamente minam a base de consenso da burguesia enquanto classe hegemônica, desse modo, tende a se instalar, assim, a chamada crise do bloco histórico, na qual a classe hegemônica perde a sua base de consenso

e, no intuito de garantir-se enquanto classe dominante, exerce o seu poder por meio da utilização ampliada do Estado-coerção sob a forma da ditadura política, suprimindo o máximo possível à relativa autonomia da sociedade civil (PORTELLI, 1983).

O encontro dessas duas crises é o que pode ser chamado de situação revolucionária. No entanto, cabe salientar, que a existência de uma situação revolucionária não garante o desenrolar da revolução, pois o socialismo não é um elemento imanente às crises, essas abrem possibilidades que podem se desenvolver por muitos caminhos: o bloco histórico vigente pode se manter devido à passividade das classes subalternas, que apesar dos ataques da classe dominante não consegue perspectivar nada diferente; ou o bloco histórico pode ser temporariamente rompido, sendo que as classes subalternas podem estar organizadas e mobilizadas na sociedade civil, mas não o suficiente para arrancar a sociedade política da classe dominante que domina exclusivamente pela ditadura; ou então o bloco histórico pode ser rompido e substituído por uma nova aliança de classes (sistema hegemônico) tão forte e coesa que pela sociedade civil mina todas as possibilidades de manutenção do poder da classe dominante isolada numa sociedade política ineficiente.

Gramsci, reconhecendo o caráter cíclico das crises do capitalismo e o conjunto de possibilidades históricas abertas por elas, que para os revolucionários podem significar a vida ou a morte, parte da experiência do processo italiano, do qual foi elemento ativo e acabou sendo vítima, para formular o conjunto de sua estratégia que, sobretudo, visa manipular no presente a correlação de forças existentes no futuro que, certamente, é de crise. Desse modo, o marxista sardo aprofunda o desenvolvimento prático do socialismo científico, reduzindo os determinantes históricos que até então se manifestavam enquanto fenômenos aleatórios e acabavam, por isso, sendo carregados por uma carga mística.

No estudo dos diversos graus ou momentos das situações militares ou políticas, não se fazem habitualmente as necessárias distinções entre a causa eficiente, que prepara o acontecimento histórico ou político de grau ou significado (ou extensão) diversos, e a causa determinante, que produz imediatamente o acontecimento e é a resultante geral e concreta da causa eficiente, a precipitação concreta dos elementos realmente ativos e necessário da causa eficiente para produzir a determinação. (GRAMSCI, 1976, p.186)

No trecho acima, o marxista italiano expõe num plano mais abstrato os conceitos de causa eficiente e de causa determinante, os quais se manifestam num plano mais concreto, de acordo com a exposição gramsciana, como guerra de posição e guerra de movimento.

A leitura mais usual das guerras de posição e de movimento (em Gramsci) no Brasil é a de Carlos Nelson Coutinho, o qual afirma que a partir da diferenciação oriente e ocidente:

Gramsci pôde formular de modo positivo, sua proposta de estratégia para os países ocidentais; nas formações orientais, a predominância do Estado-coerção impõe à luta de classes uma estratégia de ataque frontal, uma guerra de movimento ou de manobra, voltada diretamente para conquista e conservação do Estado em sentido restrito; no ocidente, ao contrário, as batalhas devem ser travadas inicialmente no âmbito da sociedade civil, visando à conquista de posições e de espaços (guerra de posição), da direção político-ideológica e de consenso dos setores majoritários da população, como condição para o acesso ao poder de Estado e para sua posterior conservação. (COUTINHO, 1999, p.147)

Ao contrário do que preconiza Coutinho (op. cit.) de nenhuma maneira a guerra de posição é o oposto de guerra de movimento sendo essa última uma exclusividade das formações orientais. O Estado-coerção sob a forma ditatorial não é uma exclusividade das formações sociais com sociedade civil pouco desenvolvida. Na própria obra de Gramsci – especificamente sobre a crise do bloco histórico – verifica-se que as formações econômico-sociais com sociedade civil desenvolvida também são passíveis de sucumbirem ao julgo da ditadura política. Não é possível que o marxista sardo, inserido numa formação econômico-social ocidental com a sociedade civil fortemente desenvolvida possa pensar diferente disso estando nesse mesmo contexto social condenado ao cárcere fascista.

Dessa maneira, antes de se colocarem como opostas, guerra de posição e guerra de movimento se complementam como momentos diferentes de um mesmo processo, sendo a primeira “a causa eficiente, que prepara o acontecimento histórico ou político de grau ou significado (ou extensão) diversos” e a segunda, a “causa determinante, que produz imediatamente o acontecimento e é a resultante geral e concreta da causa eficiente” (GRAMSCI, 1976, p. 186). Ou seja, a guerra de posição segue a definição de COUTINHO (1999, p.147), na qual as batalhas “são travadas inicialmente no âmbito da sociedade civil, visando à conquista de posições e de espaços, da direção político-ideológica e de consenso dos setores majoritários da população,” no entanto, ao contrário do que esse preconiza, essa não é uma negação da guerra de movimento, do ataque frontal visando a ruptura revolucionária, mas é antes uma preparação para que essa se realize com sucesso (PORTELLI, 1983). Desse modo, a interpretação de Coutinho, no seio do acúmulo teórico do marxismo, é a menos óbvia possível, pois além de negligenciar a distinção frisada por Gramsci entre causa eficiente e determinante, ignora também um princípio fundamental da dialética, a qual Gramsci conhecia profundamente, que é o princípio de passagem da

quantidade à qualidade, no qual a mudança quantitativa, “contínua” e lenta, não constitui um oposto binário da mudança qualitativa, “descontínua” e “através de saltos,” mas, pelo contrário, torna essa última possível. (LAKATOS e MARCONI, 1985, p.99)

Numa síntese final dessa seção, afirma-se que Gramsci, investigando o Estado como Estado Integral (unidade sociedade política e sociedade civil) coloca o problema da estratégia socialista como o desafio de conduzir as alianças de classe por meio da guerra de posição em torno do consenso na sociedade civil visando desestabilizar o sistema hegemônico do bloco histórico vigente ao passo que, concomitantemente, edifica um novo bloco histórico que se realiza com a tomada do poder político por meio da guerra de movimento na sociedade política preparada pela, mais demorada, guerra de posição. As relações estabelecidas entre a teoria de Gramsci, dos eurocomunistas e de Lênin será temática desenvolvida na próxima seção.

4.4 - O debate sobre Estado e revolução em três tempos

Identificada e descrita a teoria do Estado e a estratégia socialista em cada uma das três diferentes análises - de Lênin, Gramsci e os Eurocomunistas – parte-se agora para o estudo da relação entre elas. Seguindo a estrutura apresentada no texto essa seção estrutura-se da seguinte maneira: primeiro, por constituírem oposição evidente, retomamos de maneira comparada os modelos de teoria de Estado de Lênin e o do eurocomunismo, depois inserimos na confrontação teórica a perspectiva de Gramsci. Para a exposição da estratégia socialista, recorre-se ao mesmo procedimento.

Começando pela teoria do Estado, sabe-se que em Lênin essa alcança três níveis – Estados em geral, República Burguesa e Estado Proletário – sendo o primeiro uma caracterização geral e abstrata dos elementos substanciais do Estado, e os dois últimos expressões formalmente diferenciadas e mais concretas daquele, que por ser geral-universal, manifesta-se nos seus particulares. Para o pensamento eurocomunista não seria possível estabelecer ou não um rompimento com a teoria de Lênin, pois esses estariam teorizando sobre um Estado substancialmente diferente do conhecido pelo revolucionário russo, desse modo, suas teorias não teriam ponto de contato. Aqui o Estado democrático de massas, no qual os eurocomunistas se referem, não é a expressão particular de um Estado em geral que se manifesta nos particulares, mas é o próprio Estado em geral, um exemplar único, em que a

substancia se apresenta na forma, ou seja, a forma política democrática é a própria substância desse tipo de Estado, singular em todos os seus elementos.

Considerando, portanto, as três categorias centrais à nossa análise se constata que o pensamento eurocomunista rompe com Lênin em todas elas. Se para o marxista russo a origem do Estado está no “antagonismo inconciliável das classes”, para os teóricos do eurocomunismo essa caracterização só seria cabível aos estados pré-sociedade civil, sendo essa a origem dos estados democráticos de massa do pós-segunda guerra. Se para Lênin o Estado, seja sob que forma, tem como essência a viabilização da dominação de uma classe por outra, para os eurocomunistas, ao contrário, o Estado ocidental de novo tipo tem como essência a representação da pluralidade de interesses sociais. Na perspectiva de Lênin a dimensão do Estado é a sociedade política, que funciona por meio da administração de violência, enquanto que para os eurocomunistas, ao contrário, seria a sociedade civil, cuja dinâmica determinante é o consenso. Nota-se que a diferença determinante nas concepções é que Lênin estabelece distinção entre as formas históricas do Estado e a suas determinações gerais, enquanto que para o eurocomunismo essa diferença entre a manifestação do Estado histórico concreto e a sua orientação geral não existe.

No que tange a essas três categorias, Antônio Gramsci, em relação a Lênin, não rompe com nenhuma. Para o marxista italiano o Estado continua tendo a sua origem no antagonismo inconciliável das classes, a sua essência continua sendo a viabilização da dominação de classe, e a sociedade política ainda desempenha um papel fundamental. A grande contribuição teórica de Gramsci foi identificar e introduzir uma nova dimensão à análise marxista de Lênin⁵, a dimensão da sociedade civil, que longe de ser unilateral, forma uma unidade indissociável com a sociedade política que constitui assim o Estado Integral, cujo exercício normal do poder exige do grupo dominante que seja também dirigente, devendo esse conjugar o equilíbrio entre a força e o consenso.

Sobre a problemática da estratégia Lênin estabelece como objetivo estratégico final a edificação do Estado proletário, construindo a partir disso o plano estratégico geral formado por uma série articulada de objetivos estratégicos parciais: a formação do partido, a unificação política do proletariado, o estabelecimento das alianças políticas de classe, a

⁵ Vale salientar que a novidade na análise de Gramsci não é a introdução do conceito de sociedade civil, mas sim a justificação teoricamente sofisticada de que a sociedade civil constitui um elemento fundamental para a compreensão da dominação de classe.

destruição do Estado burguês e, por fim, a realização do objetivo estratégico final, a edificação do Estado proletário que, por definição, define.

Os eurocomunistas, por sua vez, possuem uma “estratégia indefinida de transformação social” (CHAGAS, 2012, p.1), sendo que o seu objetivo estratégico final se confunde com o objetivo estratégico parcial imediato, a defesa e ampliação do Estado democrático. Assim, na estratégia socialista Lênin e os eurocomunistas diferem pelo mesmo motivo observado na discordância da teoria de Estado, pois os eurocomunistas estabelecem uma perspectiva mais restrita e imediata, não reconstituindo as mediações entre o abstrato geral e o particular concreto.

Gramsci ao se inserir no debate acerca da estratégia socialista leva em consideração todos os objetivos parciais e o objetivo final do plano estratégico geral de Lênin, mediando esse plano geral com as especificidades da realidade concreta em que se inseria, a formação econômico-social ocidental. Desse modo Gramsci tem formulações que vão desde a organização do Partido - como ilustra o seguinte trecho

Sobre a base da disciplina leal à suprema autoridade do movimento operário mundial, devem desenvolver o trabalho necessário para que, no mais curto espaço de tempo, se constitua a fração comunista do Partido Socialista Italiano, que para o bom nome do proletariado italiano deve converter-se no Congresso de Florença, de nome e de fato, em Partido Comunista Italiano, seção da Terceira Internacional; para que a dita fração comunista se constitua como aparelho diretivo e orgânico e fortemente centralizado, com articulações próprias disciplinadas em todos os ambientes onde trabalha, se reúne e luta a classe operária, com um conjunto de serviços e instrumentos para controle, para a ação, para a propaganda que ponham em condição de funcionar e de se desenvolver desde agora como um real e verdadeiro partido. (GRAMSCI, 2010, p.59-60)

Diga-se de passagem, é uma perspectiva partidária que coaduna em todos os sentidos com a perspectiva de partido elaborada por Lênin em *O que Fazer?* (LÊNIN, 2010) – até formulações sobre o Estado proletário em fase de afinamento:

Na doutrina do Estado-sociedade regulada, de uma fase em que o Estado será igual a governo e Estado se identificará com sociedade civil, dever-se-á passar a uma fase de Estado-guarda noturno, isto é, de uma organização coercitiva que tutelará o desenvolvimento dos elementos da sociedade regulada em contínuo crescimento e, portanto, reduzindo gradativamente as suas intervenções autoritárias e coercitivas. De modo nenhum isto pode levar a pensar num novo liberalismo, embora esteja para surgir uma era de liberdade orgânica. (GRAMSCI, 1976, p.150)

Que coaduna também com a perspectiva do revolucionário russo, pois, o que Gramsci diz aqui com palavras não censuráveis⁶ pode ser traduzido para linguagem marxista usual como: na doutrina do socialismo científico, a realização do comunismo depende da realização do socialismo, o qual é o proletariado organizado enquanto classe dominante controlando, por meio do poder estatal, a dinâmica do desenvolvimento das relações de produção e das forças produtivas, eliminando assim, as bases materiais que tornam as intervenções autoritárias e coercitivas inevitáveis, a existência das classes sociais. Seguindo o raciocínio de Gramsci

a distinção entre o comum dos homens e outros homens mais especificamente legisladores é dada pelo fato de que este segundo grupo não só elabora diretivas que deveriam torna-se norma de conduta para os outros, mas, ao mesmo tempo, elabora os instrumentos através dos quais as próprias diretivas serão impostas e executadas. (Ibid, p. 154)

Assim, a hegemonia é esse “instrumento” através do qual a diretiva (a sociedade socialista) é realizada, ou seja, é o processo que realiza o objetivo estratégico final, seja para Lênin, que acredita ser

O bolchevismo o primeiro na história internacional da luta de classe a haver desenvolvido a ideia da hegemonia do proletariado, a haver colocado na prática os principais problemas revolucionários que Marx havia exposto teoricamente. A ideia de hegemonia do proletariado, na medida em que foi concebida histórica e concretamente, implicou na necessidade de buscar nos camponeses pobres um aliado da classe operária. (LÊNIN Apud GLUCKSMANN, P.231)

Seja para Gramsci que, ratificando o revolucionário russo, coloca que

A doutrina Leninista da hegemonia do proletariado não se limita a indicar a relação de dominação do proletariado sobre a burguesia, mas determina também o sistema complexo de relações políticas que se estabelecem entre o proletariado e as outras classes não capitalistas. Na concepção da ditadura do proletariado, uma forma concreta, um novo elemento aparece: não se trata apenas de uma relação de dominação, mas também de uma relação de aliança, de direção, de subordinação, e não de opressão política. (GRAMSCI Apud GLUCKSMANN, p.239)

A grande contribuição de Gramsci no sentido de realização da hegemonia é que em Lênin essa se realiza fundamentalmente ainda a partir da aliança política estabelecida por meio do consenso consciente. O marxista italiano, complementando essa noção, vai mais fundo na investigação e busca compreender a disposição dos elementos culturais e ideológicos que produzem esse consentimento. Nesse sentido entram os estudos de Gramsci

⁶ Como é sabido, Gramsci, estando submetido ao cárcere, escreve seus cadernos sob a pena do censor fascista. No intuito de burlar o controle dessa censura, o marxista sardo cria expressões próprias para se referir a conceitos já consagrados e que, por isso mesmo, poderiam ser facilmente identificados. Dessa maneira a leitura da obra carcerária de Gramsci exige um esforço extra de contextualização e interpretação.

sobre os elementos do folclore, do senso-comum e a sua mediação com a filosofia da práxis, cujo vetor é o intelectual orgânico.

O revolucionário italiano com certeza traz à luta da classe operária contribuições teóricas de inestimável valor, sobretudo no que diz respeito ao estabelecimento de relações não coercitivas dessa classe com o conjunto de outros grupos sociais e na necessidade de edificação de uma nova cultura proletária. No entanto o marxista sardo constitui um ponto fora da curva do movimento comunista muito mais pela sua erudição e capacidade teórica do que por inovação temática. As preocupações colocadas por Gramsci são as preocupações colocadas pelo movimento comunista internacional, o estabelecimento do consenso entre o proletariado com outras classes por meio da edificação de uma nova cultura hegemônica segue, após o debate soviético no interior do movimento chamado prolekult (LÊNIN, 1968; LUNATCHARSKI, 1968), sendo desenvolvido na china – na estratégia da guerra popular prolongada e com o estabelecimento da nova democracia em 1949, reunindo burguesia nacional, pequena-burguesia, camponeses e operariado; no Vietnã com a guerra de resistência de longa duração e a nova moral (HO CHI MINH, 1984); em Cuba com Che Guevara e as teorizações acerca do homem novo (GUEVARA, 2004), enfim, Gramsci não só não rompe com a teoria de Estado e a estratégia de Lênin, como também desenvolve o conjunto das principais problemáticas que orientavam o debate no seio do movimento comunista.

Os eurocomunistas, ao contrário, rompem com o pensamento de Lênin em todas as categorias analisadas, aproximando-se, com a teoria de ampliação do Estado democrático (liberal) e a supremacia unilateral da sociedade civil, muito mais de Norberto Bobbio e a sua defesa das regras do jogo (BOBBIO, 2000), do que do conjunto de autores fundamentados no marxismo, para os quais a teoria política é sempre uma teoria negativa, e não positiva (BIANCHI, 2007b). Além disso, tanto Gramsci quanto Lênin perpassam todo caminho da práxis entre o abstrato e o concreto partindo da perspectiva conhecimento/ação até a concretude Estado e Revolução, os eurocomunistas, ao contrário, não tem uma perspectiva revolucionária, portanto, à sua perspectiva concreta de Estado não acompanha a revolução, mas uma estratégia socialista indefinida.

Por fim, para todos os efeitos, ratifica-se que entre os eurocomunistas e Lênin não há ponto de aproximação na teoria do Estado e na estratégia socialista. Sendo que Gramsci, em relação a Lênin, não rompe em nenhuma categoria, seja na teoria do Estado, seja na estratégia socialista. O que o revolucionário italiano faz é desenvolver a teoria estabelecida

por Lênin a partir dos problemas colocados por uma nova formação econômico-social, enriquecendo, assim, a teoria. O ponto de toque entre os eurocomunistas e Gramsci é a incorporação distorcida e unilateral, por parte daqueles, das contribuições do marxista sardo, sobretudo, no que se refere à sociedade civil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como síntese dos resultados apresentados na última seção do capítulo anterior, ratificamos que Gramsci é um expoente do marxismo revolucionário orientado na tradição da III Internacional Comunista e a sua teoria não rompe com a de Lênin, mas pelo contrário, a desenvolve, abastecendo-a com conteúdo real concreto. Desse modo, aqui fora compreendido a realização do nosso objetivo geral: posicionar teoricamente a obra de Gramsci de maneira justificada. O cumprimento desse objetivo só foi possível por meio da realização dos objetivos parciais, que esperamos também ter cumprido.

Entre as contribuições do presente trabalho se destacam as considerações acerca da definição da unidade da práxis em suas diferentes dimensões de concreticidade/abstração no campo da política; uma caracterização mais direta e precisa do eurocomunismo enquanto teoria, que podendo ser tachada de exageradamente simples e elementar, defini os fundamentos básicos da vertente teórica, o que, segundo a própria experiência de pesquisa, se constata como elemento escasso na literatura; e, por fim, uma definição geral da teoria política de Gramsci, considerando e problematizando aspectos comumente simplificados de maneira precipitada, como a falsa oposição entre a guerra de posição e guerra de movimento que é usada para justificar análises unilaterais da estratégia política, obnubilando a distinção assinalada por Gramsci entre causa eficiente e causa determinante.

Do ponto de vista teórico se reconhece que ainda há muito que ser aprendido e desenvolvido em torno da obra de Gramsci, sobretudo levando em consideração as repercussões políticas que uma releitura não orientada pela justificação do reformismo pode trazer aos movimentos populares que se proponham a rupturas de caráter socialista, os quais, até pouco tempo, negligenciavam a obra do marxista italiano, tomando essa como legítima representação teórica da social-democracia pós-soviética, perdendo, com isso, uma

contribuição teórica com a qualidade que poucos foram capazes de oferecer na realização de uma análise concreta da estrutura e da dinâmica das sociedades contemporâneas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Ana R. **O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe.** *Lua Nova*, São Paulo, 80: 71-96, 2010.

ANDERSON, Perry. **Las antinomias de Antonio Gramsci.** Barcelona: Editorial Fontamara, 1981.

BELLAMY, Richard. **Gramsci, Croce and the Italian Political Tradition.** *History of Political Thought*, v. XI, n. 2, p. 313-37, 1990.

_____ e SCHECTER, Darrow. **Gramsci and the Italian State.** New York: St. Martin's Press, 1993

BERLINGUER, Enrico. **Do Compromisso Histórico ao Eurocomunismo.** Lisboa, Ed: Antídoto, 1977.

_____ **Democracia, valor universal.** Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

BIANCHI, Álvaro. **Estratégia do contratempo: notas para uma pesquisa sobre o conceito gramsciano de hegemonia.** *Cadernos cemarx*, nº 4 — 2007.

BIANCHI, Álvaro. **Uma teoria marxista do político O debate Bobbio trent'anni dopo.** São Paulo, *Lua Nova Revista de Cultura e Política*, nº70, p. 39-82, 2007b.

_____ ALIAGA, Luciana. **Força e consenso como fundamento do Estado; Pareto e Gramsci.** *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 17-36.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

BUCI-GLUCKSMANN, Christine. **“Sobre os problemas políticos da transição: classe operária e revolução passiva”.** In: INSTITUTO GRAMSCI. *Política e história em Gramsci.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p 117-148.

_____ **Gramsci e o Estado.** Rio de Janeiro, Ed: Paz e Terra, 1980.

CARRILLO, Santiago. **Eurocomunismo e Estado.** Rio de Janeiro, Ed: Difel, 1978.

_____ **Eurocomunismo.** Palestra transcrita in *Revista de la Universidad de México*, v. 34, nº 8, abril de 1980.

- CHAGAS, Juary, **Reformismo e negação da estratégia revolucionária: um Gramsci deformado pelo eurocomunismo**. Comunicação apresentada ao VII Colóquio Internacional Marx-Engels, destinada ao GT 2 - Os marxismos. Campinas, 2012.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal**. In: Silveira, Ênio (org.) Encontros com a civilização brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 33-47.
- _____. **Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.
- _____. **Contra a corrente: Ensaio sobre democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2000.
- DE GIOVANNI, Biagio. **Dove nasce l'energia del possibile (Tra "Anti-Croce" e "Anti-Bucharin": volontà, storicismo, discontinuità nella crisi del pensiero europeo)**. Rinascita - Il contemporaneo, n. 30, p. 17-19, Aug. 1987.
- DEL NOCE, Augusto. **Il suicidio della rivoluzione**. Milano: Rusconi, 1978.
- DEL ROIO, Marcos. **Gramsci e a emancipação do subalterno**. Revista Sociologia Política, Curitiba, 29, p. 63-78, nov. 2007.
- ENGELS, Friedrich e MARX, Karl. **O Manifesto Comunista**. In O manifesto Comunista 150 anos depois. Rio de Janeiro. Ed: Contraponto, 2008.
- GOULART, Débora C. **Opostos que não se atraem: a sociedade civil para Gramsci e os neoliberais**. Lutas Sociais, n. 19/20, p. 66-79, 2008.
- GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. **La Revolución contra el Capital**, em: Revolución rusa y Unión Soviética, Ediciones R. Torres, Barcelona, 1976.
<https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1917/04/24.htm>
- _____. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- _____. **Concepção dialética da História**. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- _____. **Cadernos do cárcere**. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. **O Partido Comunista** in BOGO, Ademar (orgs) A Teoria da Organização Política. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- GUEVARA, Ernesto. **O Socialismo e o Homem em Cuba**. In: SADER, Eder (org.). Che Guevara – Política. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- GRUPPI, Luciano. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

_____ **Tudo começou com Maquiavel: As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci.** Porto Alegre: L&PM Editores, 1980b.

HALL, Stuart. **A relevância de Gramsci para o estudo de raça e etnicidade.** In: Da diáspora: identidade e mediações culturais. Belo Horizonte/ Brasília: UFMG/Unesco, 2003, p. 294-333.

HARNECKER, Marta. **Estratégia e Tática.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

IASI, Mauro L. **Marx e a crise: os fantasmas, agora, são eles.** Texto apresentado inicialmente no Seminário sobre a Crise Econômica Mundial, promovido pelo PCB São Paulo em novembro de 2008.

http://laurocampos.org.br/portal/images/stories/documentos/Marx_e_a_crise.pdf

JESSOP, Bob. **Althusser, Poulantzas, Buci-Glucksmann: desenvolvimentos ulteriores do conceito gramsciano de Estado integral.** Crítica Marxista, n.29, p.97-121, 2009.

KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto.** São Paulo: Ed:Paz e Terra, 2011.

LASO, José M. **Palmiro Togliatti y los Antecedentes Teórico del Eurocomunismo.** El Basilisco, número 4, septiembre-octubre, 1978.

LÊNIN, Vladimir I. **A Cultura Proletária** in *Lênin, cultura e revolução cultural.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____ **Que fazer?** Problemas cadentes do nosso movimento. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____ **O Estado e a Revolução.** São Paulo: Expressão popular, 2012.

LAKATOS, Eva M. e MARCONI, Marina de A. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 1985.

LIMA, Airton S. **A Questão Meridional e a Aliança Operário-Camponesa em Gramsci.** Revista Urutágua, n° 17, Maringá, 2009.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social: Elementos para uma análise marxista.** São Paulo: Cortez, 2010.

LUKÁCS, György. **Lênin: um estudo sobre a unidade do seu pensamento.** São Paulo, Boitempo, 2012.

LUNATCHARSKI, Anatoli. **Lênin e a arte** in *Lênin, cultura e revolução cultural.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MARQUES, José. L. **O Legado Intelectual de Gramsci** in Marques, José. L (orgs) e Vares, Luiz P. (orgs) Gramsci 100 anos de um pensamento vivo organizado por J.L Marques e Luiz Pilla Vares. Porto Alegre, Palmarinca, 1991.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Volume 1, livro primeiro. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

_____. **Os Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo, Boitempo, 2014.

MÉDICI, Rita. **Gramsci e o Estado: para uma releitura do problema**. Revista Sociologia Política, Curitiba, 29, p. 31-43, nov. 2007.

MENDONÇA, Sônia R. **O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica**. Marx e o Marxismo v.2, n.2, jan/jul, 2014.

MINH, Ho Chi. **A Nova Moralidade** in BOGO, Ademar (orgs) A Teoria da Organização Política. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MONDAINI, Marco. **Há trinta anos, o eurocomunismo**. La Insignia (Madrid) v. 29/7, p.37, 2006.

_____. **O Eurocomunismo. A via europeia para o socialismo** in Democracia, valor universal. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2009

NETTO, José P. **Lênin e a instrumentalização do Estado** in O Estado e a Revolução. São Paulo: Expressão popular, 2012.

PANKRATOVA, Anna. **Lênin como Propagandista** in Problemas - Revista Mensal de Cultura Política n° 26 - Maio de 1950.
https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/26/lenin.htm.

PONS, Sílvio. **A revolução global: história do comunismo internacional (1917-1991)**; tradução Luiz Sérgio Henriques. - 1.ed. - Rio de Janeiro: contraponto; Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, 2014.

PORTELI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

SALVADORI, Massimo. **Gramsci e o PCI: duas concepções de hegemonia** in Crítica Marxista, n.35, p.91-110, 2012

SECCO, Lincoln. **Gramsci e a Revolução**. São Paulo. Alameda. 2006.

TOGLIATTI, Palmiro. **Antonio Gramsci**. Roma: Riuniti, 1972.

_____. **Socialismo e Democracia: escritos escolhidos do período 1944-1964**. Rio de Janeiro: Ilha, 1980.

TOLEDO, Caio Navarro de. **A modernidade democrática: adeus à revolução?** Revista Crítica Marxista, São Paulo, n°1, p. 27-38, 1994.

URBINATI, Nadia. **“From the periphery of modernity. Antonio Gramsci’s theory of subordination and hegemony”**. In: Political Theory, v. 26 .n. 3, p. 370-391, Jun. 1998.

VIOLIN, Tarso C. **A sociedade civil e o Estado ampliado, por Antônio Gramsci**. Revista Eletrônica do CEJUR, v. 1, n. 1, ago./dez. 2006.

WEBER, Max. **A ciência como vocação** in: Três tipos de poder e outros escritos. Lisboa, Tribuna da História, 2005.

http://www.lusosofia.net/textos/weber_a_ciencia_como_vocacao.pdf

WILLIAMS, Raymond. **Keywords: a vocabulary of culture and society**. Londres: Fontana, 1983.

WILLIAMS, Raymond. **Marxism and literature**. Oxford: Oxford University, 1977.